

# ANULAÇÃO DO AJUSTE SOBRE FERNANDO DE NORONHA DENÚNCIA DOS ACÓRDOS LESIVOS AO BRASIL

## POR UMA NOVA POLÍTICA EXTERIOR

Vigorosa ata de acusação à política exterior seguida no primeiro ano do governo do sr. Kubitschek, está alcançando grande repercussão o requerimento em que 188 deputados constituem uma comissão parlamentar de inquérito para examinar a política externa do Brasil, em geral, e particularmente o acôrdo militar de 1952 com os Estados Unidos. O documento é um atestado irrefutável da falência dessa política antipatriótica, contra a qual se lançam em escala crescente os setores mais representativos da opinião nacional. É um resultado evidente do clamor popular contra a entrega de Fernando de Noronha aos americanos, fato que pôs na ordem-do-dia a necessidade de rever toda a nossa política exterior.

Agora são homens de todos os partidos — inclusive dos partidos governamentais —, representando várias correntes de opinião, que decidem fazer o processo da política externa do governo. Ganha a consciência nacional a idéia de que, enquanto o Brasil não tiver uma política externa independente, de paz e amizade com todos os países, de relações em pé de igualdade e visando benefícios mútuos, não poderemos resolver numerosos problemas básicos da nação. Estes problemas se agravam cada vez mais com a política de submissão ao imperialismo norte-americano, com o monopólio dos Estados Unidos em nosso comércio exterior, com a drenagem de nossas divisas para a remessa de lucros, e agora com a ameaça direta de trazer a guerra atômica ao nosso território.

A fim de obter a simpatia de grandes camadas de eleitores, o sr. Juscelino Kubitschek prometeu durante a campanha presidencial uma nova política externa, baseada na igualdade de direitos, no respeito mútuo à soberania nacional. Depois de eleito, no entanto, cedeu aos grupos reacionários interessados na política de subordinação aos Estados Unidos, de traição aos interesses de nosso país. Ao realizar sua política entreguista, o governo se apoia numa minoria de grandes comerciantes, banqueiros e latifundiários e opõe-se frontalmente aos interesses do povo e de setores das próprias classes dominantes. Por isso enfrenta uma oposição crescente, que se expressa não só nas manifestações populares mas nas dissensões que grassam dentro do parlamento e dos partidos, onde aumenta o campo dos elementos nacionalistas em litígio aberto com os entreguistas.

De nada vale o argumento dos fiéis lacaios do Departamento de Estado de que, por uma fatalidade geográfica e histórica, temos que ser escudeiros dos imperialistas ianques em todas as suas aventuras militares. O que sentem setores cada vez mais amplos de nosso país é que uma política exterior independente permitiria ao Brasil ter papel destacado na vida internacional, contribuiria para impedir uma nova guerra mundial, facilitaria a solução dos problemas do desenvolvimento econômico do país. Seguindo uma política independente, o Brasil poderia salvaguardar sua soberania, manter relações de amizade e comércio com todos os países em pé de igualdade e receber ajuda, sem injunções políticas, para o progresso de sua economia.

A comissão parlamentar de inquérito sobre a política exterior tem extraordinária importância. Ela pode ser o ponto de apoio para um poderoso movimento pela revisão de nossa política externa.

Cabe ao povo, aos trabalhadores, a todos os patriotas, acompanhar com atenção e participar por todos os meios da atividade da comissão parlamentar. É preciso exigir que sejam denunciados os acordos lesivos aos interesses nacionais, como o tratado militar de 1952 e o criminoso «ajuste» sobre Fernando de Noronha. É preciso pedir uma política externa independente e patriótica, em benefício de nosso país e da paz mundial.

A política exterior de vassalagem e capitulação, seguida hoje pelo governo, deve ser julgada e condenada. E o povo será o grande juiz.

★ CRIADA NA CAMARA UMA COMISSAO DE INQUÉRITO SOBRE A POLITICA EXTERIOR  
★ REQUERIMENTO ASSINADO POR 188 DEPUTADOS CONDENA A POLITICA ENTREGUISTA DO GOVERNO — (TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

## VOZ OPERÁRIA

Nº 408 — RIO DE JANEIRO, 30 DE MARÇO DE 1957



JANOS KADAR EM MOSCOU — O Presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS, K. E. Vorochilov, recebe no Kremlin a delegação da República Popular Húngara, dirigida pelo Presidente do Governo Revolucionário Operário-Camponês e do Comitê Central do Partido Operário Socialista Húngaro, Janos Kadar. Na foto, Vorochilov e Kadar trocam um amistoso aperto de mãos.

### BOLETIM DE DEBATE

#### ARTIGOS DE :

- ★ Luiz Teles: «Algumas Considerações sobre o atual debate no Partido»
- ★ Fanny Tabak: «Contra Algumas Teses Capitulationistas»
- ★ Jacob Gorender: «Sobre o Capitalismo de Estado no Brasil»

## NÃO SEREMOS CAPANGAS DOS SENHORES DO DÓLAR!

(LEIA NA TERCEIRA PÁGINA)

Aspecto parcial da assistência que compareceu ao Teatro Colombo de S. Paulo, por ocasião da realização da Convenção Contra a Carestia, da qual foram tiradas importantes resoluções para as lutas futuras do povo paulistano. (LEIA A REPORTAGEM NA 9ª PÁGINA DESTA EDIÇÃO).



# PODE SER GANHADA UMA PAZ MUNDIAL DURADOURA

## INFORME DE CHU EN LAI À CONFERÊNCIA POLITICA CONSULTIVA DO POVO CHINÊS

— Tendo em vista sua excepcional importância, publicamos a seguir parte do informe de Chu en Lai à Conferência Política Consultiva do Povo Chinês que se refere ao Oriente Médio e contém uma análise aprofundada da presente situação internacional.

O curso do agravamento da tensão no Próximo e Médio Oriente demonstra com toda a evidência o aguçamento da contradição entre os países imperialistas, especialmente entre os EE.UU. de um lado e a França e a Grã-Bretanha de outro. No último ano, a Inglaterra e a França, aproveitando-se da oportunidade apresentada pela proximidade das eleições nos EE.UU., lançaram, em cumplicidade com Israel, um ataque armado de surpresa contra o Egito, esperando com isso derubar o governo egípcio dirigido pelo presidente Nasser, recuperar seu domínio na zona do Canal de Suez e resistir à política norte-americana de ingerências nos seus interesses comerciais no Próximo e Médio Oriente. Entretanto, a França e a Inglaterra erraram totalmente nos seus cálculos. A agressão franco-britânica ao Egito chocou-se com a firme resistência do povo egípcio e dos povos dos outros Estados árabes, e o governo egípcio, em lugar de se enfraquecer, consolidou-se através de sua heróica resistência à agressão.

Ao mesmo tempo, chocando-se com a Inglaterra e a França por interesses coloniais no Próximo e Médio Oriente, os EE.UU. lançaram uma determinada contra-ofensiva contra esses dois países. Nas Nações Unidas, os EE.UU. apoiaram a resolução proposta pelo grupo afro-asiático, pedindo a cessação da agressão armada franco-britânica ao Egito e a retirada de suas forças de ataque. Mas, tinham realmente os EE.UU. qualquer apêgo ao novo egípcio e desejavam sustentar a soberania e independência do Egito? Não. Exatamente como já indiquei em resposta a um correspondente de imprensa, na primeira parte de nossa viagem, o designio dos EE.UU. era somente abocanhar as posições coloniais da Inglaterra e da França no Próximo e Médio Oriente. A doutrina Eisenhower

prova cabalmente este ponto. No momento, verifica-se que os EE.UU. são favoráveis a uma retirada de Israel. Mas, opõem-se realmente os EE.UU. à agressão israelense e apoiam os interesses dos povos árabes e da paz no Próximo e Médio Oriente? Não. A finalidade dos EE.UU. é somente privar a Inglaterra e a França de seu controle sobre Israel, e explorar o conflito árabe-israelense com o objetivo de perpetuar a tensão no Próximo e Médio Oriente, efetuar usurpações na soberania egípcia valendo-se do nome das Nações Unidas e expandir sua influência colonial no Próximo e Médio Oriente.

Ao lançar a doutrina Eisenhower, o governo dos EE.UU. está ainda uma vez usando como cortina de fumaça o "slogan" da "oposição à ameaça comunista". Na realidade, a alegação de que a União Soviética ou qualquer outro país socialista estejam constituindo uma ameaça ao Próximo e Médio Oriente é inteiramente infundada. A União Soviética e os outros países socialistas sempre sustentaram que a soberania e a independência dos países do Próximo e Médio Oriente deveria ser respeitada e que os assuntos do Próximo e Médio Oriente devem ser decididos pelos próprios povos dessa região. Nossa visita aos países nacionalistas prova além disso que os países socialistas e os países nacionalistas sempre cooperaram plenamente na base dos cinco princípios da coexistência pacífica. Na realidade, é a doutrina Eisenhower, advogada pelos EE.UU., que está pondo em perigo as nações do Próximo e Médio Oriente.

Essa doutrina, representa em forma concisa, o velho método sempre usado pelo governo norte-americano para levar a cabo a agressão e a expansão, isto é, usar como pretexto o "slogan" anti-comunista e anti-soviético, e criar tensões como meio de atingir seus propósitos de supressão dos movimentos de

independência nacional, de deslocamento dos interesses coloniais da Inglaterra e da França e de expansão da sua própria influência colonial. Esta é a substância do novo colonialismo norte-americano.

Esta política do governo dos EE.UU., consistindo em criar continuamente tensões com o fim de levar a efeito a agressão e a expansão, choca-se não somente com a oposição lealdade de todos os países e povos amantes da paz, como intensifica inevitavelmente as contradições entre os países imperialistas.

Quando a tensão internacional alcança um certo nível e quando uma pressão mais forte surge assim de todos os lados, o governo dos EE.UU. é frequentemente compelido a aceitar medidas de alívio dessa tensão. Entretanto, os círculos agressivos dos EE.UU. temem um alívio substancial da tensão internacional, porque nesse caso eles perderiam sua posição de liderança no chamado mundo livre, seus blocos militares se tornariam cada vez mais frouxos ao mesmo tempo que os povos da Ásia e da África tomariam cada vez mais o caminho do desenvolvimento independente. Portanto, cada vez que surge um alívio substancial na situação internacional, os círculos agressivos dos EE.UU. criam apressadamente novas tensões, num esforço desesperado de evitar um alívio maior. Esta é a causa profunda de que o governo dos EE.UU. deseje que a situação internacional seja tensa, mas não possa tornar demasiado tensa; é forçado a aceitar um certo desafogo, mas não ousa aceitar um alívio prolongado, oscilando assim constantemente entre as duas alternativas de desafogo e de tensão.

Entretanto, esta política do governo dos EE.UU. não pode perdurar. Um número cada vez maior de países se decepcionam com os "slogans" anti-comunistas e anti-soviéticos dos EE.UU. ou temem as tensões criadas por estes, não mais desejam ver seus interesses constantemente prejudicados pelos EE.UU. Por outro lado, o prosseguimento de uma tal política, no que concerne aos EE.UU., só poderá conduzir a um isolamento cada vez maior.

A "doutrina Eisenhower" que

anuncia abertamente a intenção de apoderar-se dos interesses coloniais da Inglaterra e da França, é uma lição útil aos países que participam de blocos militares norte-americanos. Com o fim de expandir sua própria influência colonial, os EE.UU. não têm escrúpulos em usurpar abertamente os interesses de seus principais aliados, Inglaterra e França. Se são importantes aliados como a Inglaterra e a França podem ser abandonados pelos EE.UU., que outros aliados não poderão os EE.UU. abandonar? Os países que seguem os EE.UU., embora correndo o perigo de serem abandonados a qualquer momento, não podem escapar ao controle norte-americano. E o que eles conseguem dos EE.UU. são apenas materiais militares excedentes e produtos de "dumping", pois, segundo o ponto de vista norte-americano, "peixe frito não precisa de isca", como Nelson Rockefeller afirmou em janeiro de 1956 em carta a Eisenhower. No entanto, tais países têm de suportar pesado fardo de despesas militares que estão levando sua economia nacional à falência. Esses fatos, no entanto, não fazem com que as autoridades desses países reconsiderem sua própria política.

Se alguns países têm certas ilusões sobre a doutrina Eisenhower, pensando ser possível separar seus aspectos militares da chamada "ajuda" econômica, a carta acima mencionada de Rockefeller a Eisenhower proporciona uma útil lição.

A doutrina Eisenhower também fornece uma útil lição aos países que esperavam que os EE.UU. apoiaria a justiça e os movimentos de independência nacional. O objetivo do governo dos EE.UU. é precisamente controlar o Próximo e Médio Oriente e não apoiar realmente os movimentos de independência nacional dos Estados árabes.

A Inglaterra e a França também aprenderam uma lição com os acontecimentos do Egito. A era do colonialismo passou. O uso da força contra países e povos que lutam e defendem sua independência nacional não trará nenhum benefício à Inglaterra e à França. A sua dependência em relação ao poderio dos EE.UU., não só não ajudará a preservar seus interesses, como tornará mais fá-

cil aos EE.UU. se apoderarem dos mesmos. As relações entre os países metropolitanos e as colônias devem ser substituídas por novas relações baseadas no respeito mútuo pela soberania e independência. Tais relações de igualdade e vantagens mútuas só podem ser construídas na base da coexistência pacífica. Existe um descontentamento crescente entre os povos da Inglaterra e da França pelo fato de seus governos estarem se tornando cada vez mais um apêndice dos EE.UU., ao seguirem sua liderança. Recentemente, levantou-se novamente um clamor nesses países pela organização de uma "terceira força" na arena internacional. Tal fato não é, em absoluto, acidental.

Com o desmascaramento e falência da política de expansão e agressão da parte dos EE.UU., um número cada vez maior de países está tomando o caminho da paz e da neutralidade. Os fatos provam que esse caminho corresponde aos seus interesses nacionais. Adotando uma política de paz e neutralidade eles podem defender a sua independência e escapar ao controle dos EE.UU., e podem reduzir ao mínimo suas despesas militares, assim como usar os seus recursos naturais para o desenvolvimento nacional. Com uma política de paz e neutralidade eles não necessitam

restringir suas relações econômicas e de comércio com os países socialistas baseadas na igualdade e vantagens mútuas e podem procurar em vários setores ajuda econômica destinada de quaisquer condições.

No entanto não se deve subestimar o fato de que o perigo de guerra existe porque as forças de agressão imperialista nunca abandonarão voluntariamente sua política armamentista e de preparação de guerra.

Todos os países e povos amantes da paz, devem portanto se opor resolutamente aos esquemas de guerra dos imperialistas. Se os imperialistas, desafiando a oposição dos povos do mundo inteiro, ousarem iniciar uma guerra de agressão, sofrerão certamente uma derrota final em face das forças combinadas de todos os países e povos amantes da paz. Os resultados das duas últimas guerras deixaram claro que os países que desencadeiam a guerra são derrotados e, além disso, que o conjunto do sistema imperialista se enfraquece com a guerra. Na era atual, a guerra não constituirá mais nenhuma oportunidade para qualquer país imperialista de se expandir. Uma nova guerra mundial conduziria apenas a uma mais rápida e completa derrota do imperialismo.

Camaradas, amigos! A tendência geral da situação mundial é para o desafogo e o progresso. As forças da paz crescem constantemente, enquanto as forças da guerra isolam-se cada vez mais. Na medida em que os países socialistas, os países nacionalistas e todos os países e povos amantes da paz se unam e persistam em sua luta uma paz mundial duradoura pode ser ganha.

## SETE DIAS NO MUNDO

### COMISSÃO DE DESARMAMENTO DA ONU

A Comissão de Desarmamento da ONU retomou mais uma vez os seus trabalhos em Londres, a 18 do corrente. Segundo as primeiras informações divulgadas, são consideradas extremamente importantes as propostas soviéticas que, como se sabe incluem, entre outras medidas a interdição imediata das experiências com armas nucleares e a constituição de uma zona desarmada de um e outro lado das fronteiras entre a Europa ocidental e os países de democracia popular. As tropas estacionadas em consequência dos tratados da OTAN e de Varsovia seriam retiradas gradualmente, as bases militares em território estrangeiro extintas, e entre os métodos de controle figuraria, para essa zona, a inspeção aérea reivindicada pelo presidente Eisenhower. As propostas soviéticas são encaradas com simpatia por meios políticos os mais diversos, nos países ocidentais. Inclusive pelos trabalhistas britânicos, como se pode concluir de recentes declarações de Gaitskel, divulgadas pelas agências telegráficas.

### ELEIÇÕES NA INDIA

Continuam a ser divulgados os resultados parciais da segunda eleição geral realizada na Índia após a independência do país. O Partido do Congresso, ao qual pertence o primeiro Ministro Nehru, conquistou maioria sólida no parlamento e na quase totalidade das assembleias dos Estados. Esses resultados mostram também que o Partido Comunista da Índia obteve importantes vitórias, entre as quais se destaca a que se verificou nas eleições para a assembleia do estado de Kerala, situado no sul da Índia, e que compreende as conhecidas regiões de Travancore e Cochim. Noticiando o fato, a agência A. P. declara que o Partido Comunista, com a ajuda de alguns independentes de inclinações esquerdis-

tas, conquistou o controle da Assembleia de Kerala, infligindo assim ao Partido do Congresso, ao qual pertence Nehru, o mais duro golpe de duas eleições gerais. Esta é a primeira vez que os comunistas obtêm o controle de uma assembleia estadual, que lhes dá o direito de organizar o governo local. Os comunistas e seus aliados elegeram 64 dos 125 deputados estaduais. O Partido Comunista da Índia, ao mesmo tempo que apoia decididamente a política de paz e amizade com as nações socialistas, seguida por Nehru, mantém sua posição independente de partido de classe operária, vanguarda do proletariado e de todo o povo indú.

### ASSINADO EM ROMA O TRATADO DO MERCADO COMUM E DA EURATOM

Concretizando mais uma etapa para a organização de "pequena Europa", tentativa de perpetuar a divisão da Europa em blocos hostis, foram assinados em Roma no dia 25 os tratados do mercado comum e da Euratom pelos representantes da França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. A redação final dos tratados sobrecarregada de cláusulas de salvaguarda, mas que pretende encobrir as suas contradições surgidas entre os signatários.

### REDUÇÃO DAS FORÇAS INGLESAIS DA OTAN

A Inglaterra obteve finalmente, do Conselho da Europa Ocidental, a aprovação dos seus planos de redução de 1/3 de suas tropas estacionadas na Alemanha Ocidental. Essa redução será feita simultaneamente com um aumento do armamento atômico das forças armadas britânicas, especialmente no setor dos projéteis teleguiados. O general norte-americano Lauris-Norstad, comandante supremo da OTAN, declarou que "nessa base a redução das forças inglesas prejudicará a OTAN."



## A Conferência das Bermudas

Terminou a 24 do corrente a conferência das Bermudas, entre o presidente Eisenhower e o primeiro ministro britânico Mac Millan. O comunicado conjunto emitido pelos dois chefes de estado deixa evidente que não foi atingido o principal objetivo do encontro: a superação das divergências entre a Inglaterra e os Estados Unidos, consideravelmente agravadas desde os acontecimentos do Egito. As formulações sobre os problemas do Oriente Médio e de Suez são demasiado gerais, e nada consta no documento sobre outras questões que dividem os dois governos, como por exemplo a de Taiwan e a atitude em relação à República Popular da China e às dificuldades franco-britânicas na África colonial.

Os principais resultados concretos da conferência foram: 1) a adesão dos Estados Unidos ao pacto de Bagdad, através de sua participação no comité militar desse tratado; 2) a decisão de continuarem as experiências com armas nucleares; 3) o fornecimento, por parte dos Estados Unidos, de projéteis e outros engenhos teleguiados às forças armadas britânicas. Ao lado disso vemos declarações de apoio à OTAN e ao tratado do mercado comum europeu, e provocações anti-soviéticas em torno dos acontecimentos da Hungria e da reunificação alemã.

As primeiras reações contra a adesão dos Estados Unidos ao pacto de Bagdad já se fizeram sentir, tanto nos países árabes, como na Índia, que vê assim reforçadas as pretensões dos círculos reacionários do Paquistão à província indú de Cachemira. Com essa decisão os Estados Unidos reforçam sua posição no Oriente Médio, o que acarretará sem dúvida um novo agravamento de suas contradições com o imperialismo britânico. Toda a imprensa belicista celebra o fato como sendo o "fechamento" da cadeia de pactos militares em torno da União Soviética: OTAN, pacto de Bagdad (Turquia, Iraque, Paquistão), e pacto do sudeste da Ásia (OTASE).

A decisão de continuar com as explosões experimentais de armas nucleares foi baseada na cínica insinuação de que a União Soviética se vem negando a um acordo eficaz de desarmamento. No entanto, em entrevista concedida a um jornalista norte-americano e a outro japonês, no dia mesmo em que se iniciava a conferência das Bermudas, Kruschiov reafirmara mais uma vez «que a União Soviética está disposta a assinar um pacto com as potências ocidentais que proíba as experiências com bombas nucleares». As propostas soviéticas de desarmamento são por demais conhecidas, e constituem mesmo, no momento, o centro das atenções na reunião da comissão de desarmamento da ONU.

Ao anunciar a decisão, os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra foram no entanto forçados a reconhecer que a continuação das experiências «poderá ser prejudicial», e tentam iludir a opinião pública com a promessa de que se manterão dentro de limites convenientes.

A resolução de continuar com as experiências de bombas nucleares e de equipar as forças armadas britânicas com projéteis teleguiados demonstram que, apesar de suas profundas contradições, os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra continuam dispostos a intensificar a corrida aos armamentos atômicos. Cabe aos países e povos amantes da paz, em todo o mundo, opor a mais decidida resistência a tais intentos, impondo a aceitação dos primeiros acordos no caminho do desarmamento, único capaz de afastar os perigos ainda existentes, e de promover novamente o alívio da tensão internacional. Os países e povos amantes da paz são hoje suficientemente fortes para impôr a sua vontade, desde que se mantenham vigilantes e unam seus esforços, derrotando uma a uma as manobras das forças da guerra, e conquistando cada dia novas vitórias.

# 188 Deputados Federais Exigem Investigação da Política Exterior

**CONSTITUÍDA UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — DESMASCARAMENTO DO «AJUSTE» SOBRE FERNANDO DE NORONHA — OS AMERICANOS QUEREM FAZER DO BRASIL ESCUDO — BASES IANQUES CERCAM NOSSAS JAZIDAS PETROLÍFERAS — IMPEDIR AS MANOBRAS CONTRA A COMISSÃO**

Está alcançando grande repercussão em todo o país o requerimento assinado por cerca de 150 deputados federais, constituindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a política exterior do Brasil.

Ao tomar esta iniciativa, os deputados de todos os partidos que assinam o documento expressam a indignação do povo brasileiro ante os rumos que vem tomando o governo do sr. Kubitschek, cujas capitulações às exigências dos imperialistas ianques culminaram com a entrega da Ilha Fernando de Noronha para instalação de uma base militar americana.

A Comissão constituída automaticamente por ter sido o requerimento assinado por mais de cem deputados, terá as seguintes finalidades: 1) Estudar, em geral, a política exterior do Brasil; 2) Investigar, em particular, os resultados do acordo militar de 1952 com os Estados Unidos; 3) Examinar se o «ajuste» de Fernando de Noronha é uma decorrência do referido acordo e se independe de aprovação do Congresso Nacional; 4) Verificar se o acordo militar deve ser mantido ou denunciado.

Trata-se, pois, de uma verdadeira devassa no terreno da política externa.

## DESMASCARADO O «AJUSTE»

O requerimento contém uma extensa justificação, onde estão expostos argumentos irrefutáveis que desmascaram a política entreguista do governo, notadamente o chamado «ajuste» sobre Fernando de Noronha.

Em primeiro lugar, assina o documento que, pelo acordo militar de 1952, as responsabilidades dos países contratantes circunscrevem-se ao tipo de armamento usado na época. E acentua: «Parece juridicamente errado que um simples ajuste à guisa de desdobramento de um acordo possa, em verdade, concordar com a instalação de uma base de guerra para armas desconhecidas no Brasil em ...

1952». Além disso, o requerimento argumenta que a característica declarada do acordo de 1952 era o seu caráter «defensivo», mas, do ponto de vista militar, as armas que serão lançadas da futura base de Fernando de Noronha são tipicamente agressivas.

A seguir, os signatários do

requerimento põem a nu as manobras do Itamarati relacionadas com o caráter confuso e sigiloso dos entendimentos para aplicação da criminosa barganha: «Sendo va-

gos os termos conhecidos desse «ajuste» e secretos os detalhes objetivos do mesmo, não se sabe a extensão que foi dada ao supracitado «ajuste», desconfiando-se da sua amplitude pelo que transparece na névoa da confusa redação da nota de nossa Chancelaria».

## QUEREM FAZER DO BRASIL ESCUDO

Uma condenação vigorosa ao ato entreguista do governo está contida no seguinte trecho do documento:

«Não nos parece conveniente acordo desta natureza, que transforma o Brasil no escudo dos Estados Unidos. Evidentemente a rota mais curta para o ataque direto e recíproco Estados Unidos versus Rússia é a Polar do Norte. Por que então os Estados Unidos querem instalar bases militares de caráter agressivo através do leste das Américas Central e do Sul? Preliminarmente, é óbvio, para desviar o alvo inicial do ataque que seria feito contra o seu território. Ficamos, pois, sem defesa alguma, expostos a este ataque».

## O PETROLEO ENTRE AS TENAZES IANQUES

Um dos objetivos ocultos da atual ofensiva norte-americana para a instalação de bases militares no Brasil é, segundo o documento, assegurar o controle de nossas riquezas, em particular a posse de nossas jazidas petrolíferas. Afirmam os deputados no requerimento:

«Mas enquanto a guerra não vem teremos se alastrando pelo nordeste na direção da Bahia e do Amazonas, como pontas de tenazes, as bases americanas que terão ao alcance de sua mão dois centros de petróleo do Brasil, um deles o da Bahia, em plena face de produção e com capacidade de ampliação cada vez maior, e o outro o do Amazonas, cuja bacia sedimentar petrolífera já não pode ser posta em dúvida graças ao jorro do NO 2 AZ, que entrará a produzir dentro em muito breve».

E conclui o requerimento: «E' pois profundamente suspeito que o pretendido pelos Estados Unidos seja o controle cada vez maior da nossa economia e desta a nascente e já florescente indústria petrolífera. E depois, como corolário dessa política, pouco amistosa mas enormemente realista, as tenazes se fecharão sobre o governo no sentido de fazê-lo recuar da política atômica que corajosamente se traçara ultimamente».

## FALAR CLARO A NAÇÃO

Manifestando-se contra os conchavos secretos para a decisão de problemas vitais do país, o requerimento afirma:

«A presente proposição visa, acima de tudo, o debate de tão palpante e momentoso problema, vez que não é concebível que os destinos do Brasil sejam decididos em ambientes fechados e secretos. E' preciso falar claro à nação. O povo brasileiro tem fi-

bra e consciência, e por isso não pode e não deve marchar como autômato, sem rumo, sem bússola, sem destino».

## EXIGIR TRATAMENTO EM PÉ DE IGUALDADE DOS ESTADOS UNIDOS

Conclui o documento afirmando que devemos exigir tratamento diferente dos Estados Unidos, isto é, um tratamento em pé de igualdade e não de vassallos.

Não só pelo seu conteúdo político como até mesmo pelo tom em que é vasado, o requerimento dos 150 deputados indica de maneira inequívoca que aumenta a resistência nos setores patrióticos do parlamento contra a política entreguista seguida pelo governo do sr. Kubitschek.

## DEPUTADOS DE TODOS OS PARTIDOS

O primeiro signatário do requerimento e promotor dessa importante iniciativa é o deputado da UDN de Sergipe, sr. Seixas Dória, conhecido por suas posições nacionalistas. Seguem-se assinaturas de deputados do PSD como os srs. Dagoberto Sales, Lopo Coelho, Nonato Marques e outros, de deputados do PTB como os srs. Aarão Steinbruch, Danton Coelho, Nelson Omegna, Sérgio Magalhães e

outros, de deputados da UDN como os srs. Mário Martins, Bilac Pinto, Afonso Arinos e outros, de deputados do PSP como os srs. Campos Vergal e outros, além de representantes de outros partidos menores, num total de cerca de 188 até o momento.

## MANOBRAS CONTRA A COMISSÃO

Segundo tem noticiado a imprensa, os círculos dirigentes do PSD e os setores entreguistas do governo tratam de elaborar um plano para torpedear a Comissão Parlamentar de Inquérito, antes que ela entre em funcionamento, ou para paralisar sua ação, caso ela venha a ser organizada. A frente deste plano estaria o próprio líder da maioria governamental, o sr. Vieira de Melo.

Contra esta indigna manobra, que viola os dispositivos legais sobre o assunto, devem protestar todos os patriotas. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a política exterior é uma imposição da consciência patriótica da nação. O povo brasileiro exigirá seu funcionamento, e participará ativamente de seus trabalhos, lutando por uma política exterior pacífica e patriótica.

## SITE DIA NO BRASIL

• Prossequindo em sua política de capitulação à investida imperialista, o Sr. Juscelino Kubitschek assinou decreto de suspensão das atividades da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, Organização que se impôs ao respeito de nosso povo pelas corajosas denúncias que sempre fez de todos os atentados aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição, o seu fechamento bem mostra que o entreguismo necessita do cerceamento das liberdades populares. Trata-se de mais um ataque aos direitos do povo, complementar dos últimos atos do governo, lesivos aos interesses nacionais. Vã tentativa de conter ou debilitar a ação de todos os patriotas que derrotará afinal a política entreguista do governo.

• Em Pernambuco prossegue a luta contra o governo Cordeiro de Farias já agora em torno da proposta deste de reforma da Constituição estadual. Em assembleia dos industriais, comerciantes, banqueiros e representantes dos sindicatos operários foi repelida a manobra e clamado o povo pernambucano à luta em defesa da constituição. O Prefeito Pelopidas da Silveira, que até aqui era intermediário nas negociações, declarou que d'ora-vante estará ao lado do povo na praça pública contra a pretendida reforma.

• Grande repercussão obteve o discurso pronunciado no Senado pelo Sr. Atilio Vivacqua, de análise do «ajuste» sobre Fernando de Noronha e do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O Senador Vivacqua, eminente jurista, demonstrou que as obrigações do Brasil no Acordo Militar estão subordinadas à legislação norte-americana. Revelou que o próprio Sr. Macedo Soares, interpellado pelo orador quando esteve na Comissão de Relações Exteriores do Senado, afirmou desconhecer tais cláusulas não tendo a menor idéia acerca das ditas leis norte-americanas mencionadas no texto do Acordo. Diante de tal ignorância, prosseguiu o orador, a Comissão solicitou ao Ministro do Exterior que procurasse obter os textos americanos e remetesse ao Senado exposição detalhada sobre o assunto.

• Continua engavetada no Senado a mensagem do Sr. Presidente da República propondo a nomeação do Chatô para embaixador do seu governo na Inglaterra. Estão em apuros os senadores, para opinar sobre a matéria, já que o dito indivíduo foi apanhado em flagrante quando batia a carteira do presidente da Cia. de Cimento Votorantim e a Federação das Indústrias de S. Paulo, em defesa da classe, mobilizou-se contra o conhecido vigarista. Chatô já foi enterrado pelos estudantes, em passeata até ao Senado, e cresce o movimento de protesto contra a aviltante nomeação.

## Não Seremos Capangas Dos Senhores do Dólar!

«Se os Estados Unidos forem à guerra os latino-americanos também irão», acaba de afirmar em Washington o Sr. Foster Dulles, numa roda de jornalistas. Com a desenvoltura de um patrão ianque e a boçalidade que caracteriza os quadros do Departamento de Estado, o Sr. Dulles enfileira os povos latino-americanos na categoria infima de meros capangas dos senhores do dólar.

Os Estados Unidos mantêm bases de agressão em todos os continentes, seus soldados e marinheiros estão em toda a parte representando o odioso papel de gendarmes dos povos. Os seus multimilionários, os homens dos monopólios que controlam o governo, sonham com novas pilhagens e com a agressão ao campo do socialismo. E a nós, miseros latino-america-

nos, homens morenos plantadores de bananas, café, açúcar e algodão, não caberá alternativa, segundo o «boss» ianque: teremos de enviar a nossa mocidade para morrer pelos seus dólares nas praias do Egito, nos mares de Formosa, nas fronteiras do Reno ou nas neves do Alaska.

Outra, entretanto, é a realidade latino-americana. Nossos povos estão em luta por sua independência nacional. E quando da guerra da Coreia somente um simbólico batalhão colombiano foi enviado, tendo os seus componentes sido levados à força para os trens de embarque.

«Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia» foi a resposta vigorosa do povo brasileiro ao antecessor do Sr. Dulles.

Ante tais declarações e as mais recentes notícias da crise no Oriente Médio, impõe-se sejam alertados os brasileiros. Cresce o perigo de ser envolvido o batalhão Suez na aventura ianque ora em preparo contra o Egito e os demais povos árabes. Proclamada a «doutrina» Eisenhower de «preenchimento do vácuo» deixado pela expulsão dos colonialistas ingleses e franceses do Oriente Médio, agravou-se a situação no Egito e as tropas da ONU já estão executando tarefas incompatíveis com a missão de paz que lhes foi confiada. Em Gaza, soldados da ONU atacaram manifestantes egípcios que exigiam fosse a administração da cidade entre-

que ao seu governo. Quanto aos nossos pracinhas, foram enviados para os perigosos campos minados com a incumbência de limpá-los.

O deputado paranaense Luiz Tourinho, do PSD, que é coronel do nosso Exército, formulou na Câmara veemente protesto contra essa inaceitável deturpação das tarefas de paz de nossos soldados.

Nosso povo, que concordou com a missão pacífica atribuída ao batalhão Suez, exige que a mesma se mantenha dentro dos precisos limites que a delinearam. As tropas na ONU foram enviadas, com o consentimento do governo egípcio, para assegurar a retirada das forças agressoras. Não poderão ser transformadas em tropas de ocupação a serviço da «doutrina» Eisenhower, com violação da integridade territorial e da soberania do Egito.

Exigiremos que o nosso batalhão volte à pátria, a persistir a confusão conduzida pelos ianques, acompanhando aliás as atitudes já tomadas pelos governos da Iugoslávia, Noruega, Canadá e Dinamarca que já deliberaram retirar suas tropas em caso de qualquer conflito.

Nossos pracinhas não serão capangas dos senhores do dólar, nem no Egito nem em qualquer outra aventura, tal a resposta que dará o nosso povo às declarações do Sr. Foster Dulles e às tortuosas manobras decorrentes da «doutrina» Eisenhower.

## SAUDAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO RUMENO

Por motivo do 35º aniversário do Partido Comunista do Brasil, o Comitê Central do Partido Operário Rumeno enviou ao Comitê Central do PCB o seguinte telegrama:

«Por ocasião do 35º aniversário da criação do Partido Comunista do Brasil, vanguarda da classe operária brasileira, vos dirigimos, caros camaradas, nossa calorosa saudação de solidariedade fraternal e vos desejamos novas vitórias em vossa luta pela liberdade, a independência e o bem-estar do povo brasileiro — O Comitê Central do Partido Operário Rumeno».

# O P.C. da Indonésia Luta Contra O Colonialismo e o Imperialismo

ENTREVISTA DO SECRETÁRIO GERAL,  
D. N. AIDIT, AO «L'HUMANITÉ»

D. N. Aidit, secretário geral do P. C. do Partido Comunista da Indonésia, concedeu importante entrevista ao jornal «L'Humanité», sobre a luta do povo indonésio contra o colonialismo holandês e a crescente ofensiva do imperialismo norte-americano.

Dentre as declarações feitas por D. N. Aidit, destacamos os seguintes trechos, que elucidam os últimos acontecimentos políticos ocorridos naquele país.

«Até o momento, declarou Aidit, o principal inimigo do povo indonésio é o colonialismo holandês. Os colonialistas holandeses são os maiores investidores de capital e mantêm na Indonésia seus tradicionais assessores políticos e militares. Além disso, os colonialistas holandeses ainda possuem cerca de 20% do território da República da Indonésia, ou seja, o Irian Oriental. O povo indonésio já conhece suficientemente esse inimigo principal.

«Outros imperialistas que também possuem investimentos de capital na Indonésia, particularmente os imperialistas norte-americanos, realizam esforços intensos para tirar vantagem da contradição existente entre o povo indonésio e os colonialistas holandeses. Os imperialistas norte-americanos estão aliados aos colonialistas holandeses em defesa dos interesses imperialistas em geral mas, por outro lado os imperialistas norte-americanos utilizam as contradições entre o povo indonésio e o colonialismo holandês a fim de arrebatar para si a posição econômica da Holanda e além disso, para arrastar a Indonésia ao pacto militar da SEATO.

As atividades criminosas dos imperialistas norte-americanos assumiram uma forma particularmente evidente no fim do ano passado, com a tentativa fracassada de desferir um golpe de Estado central, por parte do Cel. Z. Lubis e com o levante fracassado, no norte de Sumatra, sob a direção do Cel. Simbolon; com o levante na Sumatra central, dirigido pelo Ten. Cel. Achmad Husein, o qual não foi ainda inteiramente dominado pelo governo central.

Portanto, a principal intervenção estrangeira que devemos enfrentar é a dos imperialistas holandeses, mas isso não significa que o povo indonésio aceitará a intervenção de outros imperialistas, particularmente dos E. E. U. da América. Não queremos expulsar o tigre pela porta de entrada e deixar que o leão entre pela porta dos fundos. O povo indonésio está mobilizando e continuará a mobilizar todas as suas forças, tanto contra o colonialismo holandês como contra o imperialismo norte-americano, ou contra uma combinação dos dois.

Falando, a seguir, sobre a opinião do P. C. da Indonésia a respeito dos métodos que deverão ser utilizados na defesa e fortalecimento da democracia, nas circunstâncias atuais do país, afirmou D. N. Aidit:

«O povo indonésio obteve amplos direitos democráticos somente depois da revolução de agosto de 1945 e mesmo assim, tais direitos democráticos tiveram solução de continuidade, porque houve períodos, nos últimos onze anos, em que aqueles direitos foram negados e substituídos pelo terror branco, por parte dos contra-revolucionários.

«Levando em conta o fato de que somos um país semi-feudal e ainda não inteiramente independente, nossa tarefa vital consiste, entre outras coisas, em propagar a democracia entre o povo, em treinar o povo para usar a democracia na prática e prepará-lo para defendê-la e fortalecê-la. Nós nos opomos decididamente a qualquer tentativa, feita pelos reacionários, de reduzir a democracia que já temos. Como resultado da propaganda e do treinamento prático na defesa e fortalecimento da democracia, o povo indonésio, com os trabalhadores nas primeiras filas, tem defendido esses direitos inflexivelmente.

«Os imperialistas e seus lacaios têm feito tentativas

muito fortes para privar o povo indonésio daqueles direitos democráticos, não só por meio de governos reacionários como de tentativas de golpes de Estado, mas todas essas tentativas fracassaram. Podemos prever que de agora por diante, em virtude do desespero crescente dos imperialistas, liderados pelos imperialistas norte-americanos, o povo indonésio terá que enfrentar ofensivas maiores e mais vigorosas e, em tais circunstâncias, nossa própria experiência e a experiência do proletariado e do povo de outros países, nos ajudarão bastante.

«A presença de representantes do P. C. da Indonésia e de outros elementos progressistas e democratas no Parlamento, na Assembléia Constituinte e nas Assembléias Legislativas e Administrações Governamentais dos municípios, distritos e províncias, bem como o apoio decidido das massas trabalhadoras, constituem para nós uma grande fonte de força, na defesa e no fortalecimento da democracia em nosso país.

Finalizando sua entrevista, D. N. Aidit destaca o papel hoje desempenhado pelo P. C. indonésio, diante da situação política do país:

«O P. C. indonésio participa atualmente da maioria dos governos provinciais, distritais e municipais, na base de

cadeiras por ele ocupadas nas respectivas assembleias locais. Nessa posição, temos uma oportunidade melhor para lutar pela unidade do povo, de lutar pelos interesses econômicos diários e por mais amplos direitos democráticos para o povo.

«Em relação ao governo central, na atual etapa, lutamos por que ele adote um programa de anti-colonialismo, democracia e defesa da paz mundial. Estamos dispostos a apoiar um tal governo, mesmo que o P. C. da Indonésia dele não participe. Mantemos também a liberdade de criticar as medidas prejudiciais ao povo, que tal governo possa tomar. Chegará o tempo em que, à base de sua própria experiência a maioria do povo indonésio, especialmente os trabalhadores, os camponeses e a intelectualidade tirarão a conclusão de que um governo sem os comunistas é inútil para eles e significará apenas a falência para seu país. Temos proclamado sempre ao povo indonésio que estamos prontos para assumir a responsabilidade dos assuntos gerais, através da participação em um governo central cujo programa possamos aceitar e cuja composição geral permita acreditar que tal programa será executado. O principal objetivo do P. C. na atual etapa de nossa revolução, é a formação de um governo popular capaz de assegurar a eliminação das forças do imperialismo e do feudalismo na Indonésia».

## CONTRA ALGUMAS TESES CAPITULACIONISTAS

(Conclusão da sétima pág.)  
nas condições atuais do Brasil, nenhum embrião ou caminho de desenvolvimento socialista, nenhuma tendência para um regime de aproximação ao socialismo.

O capitalismo de Estado encerra, atualmente, no Brasil, tendências e resultados contraditórios. Serve, por um lado, ao imperialismo, reforça as suas posições, serve, por outro lado, ao progresso do país, mas este progresso, enquanto existir o atual regime econômico e político, não pode ser senão um progresso puramente capitalista, que reforçará cada vez mais as posições da burguesia brasileira.

Somente com a existência de um Estado a serviço das massas trabalhadoras e de todas as forças progressistas da nação, sob a hegemonia do proletariado (um Estado revolucionário-democrático, do tipo daquele a que se referia Lênin, em 1917), é que o capitalismo de Estado poderá servir firmemente aos interesses do povo brasileiro, fornecendo um instrumento econômico e uma base material para o desenvolvimento no sentido do socialismo.

Se assim encaramos a questão, podemos concluir, segundo penso, sobre a posição prática que devemos tomar diante do capitalismo de Estado, no presente, e sobre a perspectiva da sua evolução futura.

Apoiamos, por exemplo, o monopólio estatal do petróleo, mesmo nas condições do regime que agora existe no Brasil. Não se trata, porém, de um apoio incondicional, porque compreendemos que o monopólio estatal do petróleo só conservará sua forma atual, relativamente conveniente aos interesses nacionais, enquanto as massas populares e os setores progressistas da nação, dirigidos pelo proletariado, tiverem forças suficientes para impedir que seja pôsto a serviço dos trustes norte-americanos.

Ao mesmo tempo, porém, temos o dever de combater todas aquelas formas de capitalismo de Estado em que se apoia o imperialismo e lutar, à frente das massas e em aliança com os setores progressistas da burguesia, para que se tornem instrumentos do progresso nacional.

A nossa posição de comunistas, segundo penso, depende de cada caso concreto e nunca pode ser, nas condições atuais, de apoio incondicional. Defendemos, dentro de certos limites, determinadas formas de capitalismo de Estado e, ao mesmo tempo, combatemos outras.

Qual a perspectiva que descortinamos para o futuro?

O camarada Armando Lopes da Cunha apresenta a perspectiva da «democratização do Estado», incluindo, como um dos elementos desse caminho reformista, a «democratização» das empresas estatais, através da participação dos operários na sua administração. Afirma aquele articulista, citando recentes documentos, que é este caminho também apontado pelo Partido Comunista Italiano. Mais uma vez, porém, desliza para o terreno do sofisma. Os camaradas italianos não falam, de modo abstrato e indefinido, em democratização do Estado. Afirmando, com toda ênfase, que o capitalismo de Estado pode abrir o caminho ao socialismo, sob a condição essencial do acesso das classes trabalhadoras à direção do Estado. E isto, como tem destacado repetidas vezes o camarada Togliatti, é todo um processo revolucionário, ainda que se realize por via parlamentar e constitucional.

Aí está o quid da questão. O revisionismo, qualquer que seja a sua variante, leva à negação da luta revolucionária de classes como único caminho geral da emancipação definitiva da classe operária. À base do revisionismo, está a corruptora ilusão reformista do caminho mais fácil, sem luta revolucionária de classes, sem a afirmação, através de um processo, que pode ser prolongado e difícil, mas é inevitável, do papel histórico da classe operária como força hegemônica das transformações sociais de caráter radical, que marcam o nosso tempo. E a isto se reduz também o revisionismo do camarada Armando Lopes da Cunha, com a sua fórmula sobre a democratização do Estado.

Qualquer que seja, porém, a orientação do Partido Comunista Italiano, por que é que devemos copiar, se o nosso país possui características tão profundamente diversas das características da Itália? Em que fica a nossa luta contra a «cópia», contra o «dogmatismo»?

O povo brasileiro se encontra agora diante das tarefas, não da revolução socialista, mas da revolução antiimperialista e antifeudal (em que pese todo o recente desenvolvimento capitalista e, inclusive, capitalista de Estado). Há um documento, tão criticado e atacado ultimamente, que o afirma de modo correto: o Programa aprovado pelo IV Congresso do nosso Partido. Quero deixar claro que considero justo o conteúdo fundamental do Programa, que é um conteúdo revolucionário, ao mesmo tempo apoiando a exigência da modificação ou eliminação daquelas de suas teses que, não sendo as mais essenciais, se comprovaram errôneas ou superadas.

Se assim focalizamos a questão, não temos porque considerar o desenvolvimento presente do capitalismo de Estado como um dos caminhos para o socialismo no Brasil. O que temos de estudar, isto sim, é em que medida o capitalismo de Estado imprime certas e definidas particularidades ao caminho da revolução brasileira, em que medida poderá ser um instrumento e uma base material para o desenvolvimento econômico no sentido do socialismo, quando tivermos um Estado revolucionário, dirigido pela frente única do proletariado, do campesinato, da pequena burguesia e da burguesia nacional, sob a hegemonia do proletariado.

Este é, sem margem para dúvida, um estudo útil e necessário ao Partido.

## ONZE MIL NOVOS MEMBROS NO P. C. FRANCES

Em artigo publicado pelo jornal «L'Humanité», Jacques Ducloux, Secretário do P. C. F., fala sobre a campanha de renovação de carteiras de mem-

bros do Partido Comunista Francês, realizada todos os anos. Desmentindo as calúnias e intrigas da imprensa reacionária mundial, que alegava

estar o comunismo derrotado na França, afirma o dirigente francês que, desde que foi iniciada a campanha de renovação das carteiras, nos dois pri-

meiros meses, já atingiu 11.000 o número de novos militantes.

«11.000 novos aderentes: esta cifra constitui um excelente boletim médico sobre a saúde de nosso Partido, o qual, no longo de toda a sua atividade, teve que enfrentar numerosos ataques e saiu sempre vitorioso dos revezes sofridos — concluiu Ducloux.

## Libertação dos Prêsoes Políticos — Exige o P. C. da Argentina

Em cumprimento a uma resolução do C. C. do P. C. argentino, entrevistaram-se com o ministro do Interior do governo Aramburu, nos primeiros dias de fevereiro, os camaradas Rodolfo Ghioldi e Ernesto Giudici, a fim de fazer-lhe a entrega de um memorial solicitando a liberdade dos presos políticos e sociais. Dezenas de cidadãos argentinos encontram-se detidos, ilegalmente, alguns há mais de um ano, pelo simples

fato de pertencer ao P. C., por distribuir os jornais e materiais de propaganda do PCA ou por participarem ativamente de lutas sindicais.

Inúmeras sedes do PC argentino foram arbitrariamente fechadas pelo governo, ao mesmo tempo que foram proibidos os atos públicos, dirigidos pelo PCA e sua imprensa sofre toda sorte de entraves.

Entre outras considerações, diz o memorial acima citado:

«Não poderá falar-se, Sr. Ministro, em normalização democrática, enquanto subsistam situações como aquela exposta, quanto à perseguição de pessoas por razões ideológicas. E é justamente em nome da necessária e impostergável normalização democrática e institucional que solicite do Sr. Ministro a libertação imediata dos seguintes militantes comunistas, detidos à disposição do Poder Executivo, nos lugares e datas abaixo especificados».



# BOLETIM DE DEBATE

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE O ATUAL DEBATE NO PARTIDO

Em consonância com o agravamento da situação internacional e dentro do plano geral de provocação política, o imperialismo norte-americano passa à ofensiva também em nossa terra.

Após algumas vitórias, arancadas ao governo pela ação das forças patrióticas, democráticas e populares, tais como a realização das eleições e a posse do Presidente da República, a adoção pelo Conselho de Segurança Nacional da nova política atômica e a conquista pelos trabalhadores do aumento do salário-mínimo, o Sr. Juscelino, cedendo à pressão dos círculos governantes dos Estados Unidos, passa à repressão aberta do movimento patriótico e democrático. Viando frontalmente a Constituição da República, o governo decretou o encerramento das atividades da LEN e de outras organizações patrióticas e populares, como a Federação de Mulheres do Brasil, as Associações Femininas em vários Estados, a União dos Favelados do Distrito Federal. Sua polícia investiu mesmo contra a Escola do Povo, entidade de caráter cultural-educativo e que recebe subvenção do próprio governo. Colocando-se em posição flagrante e direta as amplas forças populares que o elegeram, o Sr. Juscelino Kubitschek realiza o acordo sobre Fernando de Noronha, que entrega aos americanos parte do território brasileiro e coloca o nosso povo sob a ameaça de sofrer golpes na guerra que os imperialistas preparam contra a União Soviética, as Democracias Populares e o movimento de libertação nacional dos povos dependentes. Estimulados por essa política de capitulação, os entreguistas tipo Marcelo Soares Amaral Peixoto apregoam, espudoradamente, a inevitabilidade da ocupação do Nordeste do país pelas forças armadas americanas.

«Pari-passu» com a ofensiva contra as conquistas e direitos inalienáveis do povo, objetivando confundir as massas e diminuir assim a capacidade de resistência dos patriotas e democratas, jornais da imprensa «sadia» de comum acordo com a polícia política, intensificam as proclamações anticomunistas. Acusam de comunistas a todas as pessoas e organizações que lutam e se manifestam pela independência nacional pela paz e demais interesses do povo. Tentam alpar o Partido Comunista do Brasil pelos sinistros ocorridos na Guanabara e no Maranhão com os petroleiros Amapá e Ipanema, assim como pelo incêndio nos depósitos de óleo em Santos. Partes do «complot» contra o povo são também as claras ameaças à imprensa democrática e popular e os assaltos a residências de cida-

ãos pacíficos realizados pela polícia ultimamente.

E' em meio do aguçamento da luta de classes e da ofensiva reacionária do imperialismo norte-americano contra a independência nacional, que se realiza o atual debate no Partido. Como é natural, isso se reflete através da luta entre as tendências certas e errôneas. E' claro que muitas vezes uma opinião errônea está ligada ao débil conhecimento do marxismo por quem a expressa, como sempre pode haver algo de certo numa opinião errada ou algo de errado numa opinião justa, ou ainda podem ser errôneas duas opiniões que no debate se contrapõem. Mas, no fundamental, a luta de tendências no Partido expressa a luta de classes, que se realiza na sociedade. Também é sabido que, se de um lado o choque de opiniões divergentes no curso dos debates permite encontrar as soluções mais condizentes com as necessidades e que no plano histórico as idéias justas acabam se impondo não devemos esquecer, por outro lado, que as idéias errôneas uma linha injusta e nociva podem se não forem combatidas, vencer temporariamente e causar sérios prejuízos e transtornos à atividade do Partido. Podem, inclusive, liquidar o Partido temporariamente. Daí a necessidade, principalmente agora, quando o inimigo quebra lanças para introduzir no Partido sua ideologia de se ter vigilância e desmascarar toda ação neste sentido.

Mas, será que também não estarei fantasiando como disse Ernesto Luís Maia, referindo-se a um artigo do camarada Pomar? Será que na imprensa do povo, nos últimos meses, não têm surgido ataques à União Soviética e ao Partido, assim como opiniões nacionalistas, revisionistas e liquidacionistas?

Infelizmente, não podemos responder afirmativamente. E é lamentável que a imprensa feita com o dinheiro do povo para defendê-lo, tenha abrigado em suas páginas artigos de conteúdo tão nocivo à causa que defende o nosso Partido.

Entre os muitos existentes, vejamos alguns exemplos:

Em artigo publicado a 28 de Outubro de 1956, na «Imprensa Popular», a propósito dos acontecimentos na Hungria, Ernesto Luís Maia afirma:

«A intervenção soviética não ajuda o processo regenerador. Ela é ilegítima, política, contrária aos interesses do socialismo e ao próprio conceito da U.R.S.S. no plano mundial.» Adiante escreve: «Diz-se que foi o governo húngaro que requisiu auxílio. Isto em nada altera o fundo do problema. Não podia fazê-lo sem desonra.» Este artigo é tão anti-so-

vético, contra os interesses da paz e do socialismo, que seu autor chega ao ponto de afirmar que a presença das tropas soviéticas na Hungria constitui uma violação do Tratado de Varsóvia. O autor identifica a política exterior da U.R.S.S. com a diplomacia czarista e conclui seu artigo declarando: «O papel de gendarme era próprio do tzarismo; não se coaduna com a revolução proletária.» Enfim, é um artigo que faria corar, já não digo a um comunista, mas a qualquer pessoa que pense um dia tornar-se comunista. Ao caluniar e atacar a ação das tropas soviéticas na Hungria o autor, na prática, defende a contra-revolução e a restauração do capitalismo e do fascismo naquele país. Posteriormente, em nome da «democracia» Ernesto Luís Maia continuou «brilhando» com novos artigos na VOZ OPERÁRIA o que não deixa de ser, isto sim, desonra, e ofensa às tradições de internacionalismo proletário daquele semanário.

Exemplo de posição abertamente liquidacionista é o artigo de Maurício Pinto Ferreira, publicado na VOZ OPERÁRIA de 3-11-56, no qual o autor nega o papel e o próprio Partido Comunista ao afirmar:

«Já não satisfaz a ninguém explicar-se o papel do P.C. como de «vanguarda da classe operária e do povo». Isto se aprende nos livros, mas a vida, teimosa como ela é, nos impõe distinção entre a nossa vontade e a dura realidade.» Adiante declara: «Seria tapar o sol com uma peneira desconhecer o papel de vanguarda do Partido do Congresso da Índia». Sua posição liquidacionista fica mais clara quando afirma: «Nas condições atuais, os comunistas do mundo todo procuram se reajustar. Assim, um partido não examina a possibilidade de sua auto-dissolução, conforme diz Togliatti, e outro procura fundir-se a uma diferente corrente do movimento operário operário, segundo Dennis. Nossa obrigação é procurar situar o partido, na realidade brasileira, sem preconceitos de forma alguma.»

Portanto, compara-se e identifica-se o Partido dos Comunistas com o partido burguês chefiado por Nehru. Aceita-se a possibilidade de dissolução pura e simples do Partido, ou que este possa fundir-se a uma diferente corrente do movimento operário.

Viva o «marxismo-criador» do camarada M.P. Ferreira!

Por sua vez, o camarada Caio Gabriel, em artigo publicado nos números da «Voz Operária» de 8-12-1956, e seguinte, onde analisa o processo de formação da «frente nacionalista», referindo-se ao

LUIS TELES

II

caráter heterogêneo da mesma, à luta que se desenvolve no seu interior e ao desenlace dessa luta, afirma:

«O resultado final desta luta interna dentro da frente nacionalista, assim como seus próprios destinos, vai depender da maior ou menor reserva que a esquerda e o centro possam mobilizar e jogar na frente de luta, a fim de se fortalecer e paralisar a instabilidade da direita. As reservas se encontram na firme e decidida mobilização das massas, principalmente da classe operária e dos camponeses.» (Sublinhado por mim).

Adiante, afirma que a burguesia nacional e o proletariado devem estabelecer zonas de influência e que um não deve querer impor sua hegemonia a outro, chegando finalmente à conclusão de que o problema da hegemonia a história resolverá.

Portanto, ao invés de força hegemônica, dá-se ao proletariado o papel de reserva. A aliança operário-camponesa, de base da frente única passa a ser reserva e o problema da hegemonia deixa de ser atual para ficar relegado ao pronunciamento futuro da história. Em síntese: colocar o proletariado a reboque da burguesia é para onde leva tal concepção.

Como se vê não deixa de ser «sui generis» o «marxismo-criador» apresentado pelo camarada Caio no citado artigo.

Enfim, não é possível nos limites de um artigo citar todo o contrabando veiculado ultimamente pela VOZ OPERÁRIA e outros jornais da imprensa popular. O que acima fica é apenas uma gota d'água no oceano.

Infelizmente, a influência da ideologia hostil aos interesses do proletariado atinge não somente pessoas isoladas como também, às vezes, organismos inteiros. Refiro-me à resolução do C.R. Piratininga, determinando que os plenos do comitê sejam realizados obrigatoriamente, com o comparecimento de um número considerável de dirigentes, aos quais será assegurado o direito de voz e voto. Essa resolução tomada a pretexto de democratização do Partido e que concede o direito de voto a qualquer militante que não seja membro do C.R., dissolve na prática este organismo dirigente num novo escalão criado, viola frontalmente os princípios de organização do Partido, estabelecidos nos Estatutos, e subordina as resoluções do organismo a composições preparadas de antemão e arbitrariamente, possibilitando alcançar maiorias ocasionais e ilegítimas.

A pretexto de lutar pela democratização do Partido, os

camaradas chegaram a uma resolução que, além de ferir princípios que regem a vida interna do Partido, é anti-democrática.

Atualmente, o inimigo tenta confundir os militantes do Partido, procura desmoralizar os seus dirigentes e dificultar, assim, a correção dos erros e insuficiências existentes. Neste sentido, recorre ao boato e à «fuxicaria». Especula com uma possível divisão do Presidium ou do Comitê Central, realiza intentos para jogar as organizações do Partido contra o Comitê Central, Comitê Central contra o Presidium e vice-versa. A pretexto de luta contra o burocratismo quer liquidar totalmente a existência indispensável de equipe de quadros profissionais. Na luta contra o centralismo-democrático, o inimigo estimula a indisciplina e a anarquia nas fileiras do Partido. Enfim, tenta golpear por todas as formas o Partido para pô-lo fora de combate.

Nossos camaradas, por toda parte, adquirem cada vez mais consciência do perigo. Compreendem que, se os móveis não estão nos seus lugares é preciso arrumar a casa, a fim de que se possa trabalhar melhor. Mas, estão contra os que querem incendiar a casa. Levantam-se para a luta contra os que, a pretexto de corrigir erros, atacam o Partido e sua direção procurando destruí-los.

Todo o Partido está decididamente disposto a sanar suas insuficiências e tem consciência de que a causa que está em nós mesmos. Os erros de caráter dogmático estão ligados ao nosso débil domínio da Teoria. Assim como um aluno, só na medida em que adquire independência científica deixa de copiar seu mestre e passa a surpreendê-lo com a descoberta de novas leis que regem o desenvolvimento da natureza, também o Partido, organismo vivo que nasce, tem sua adolescência maturidade, velhice à medida em que adquire independência científica, isto é, à medida em que dominar o marxismo-leninismo, abandonará mais e mais o dogmatismo e passará a surpreender seus mestres, com a justa aplicação da verdade universal do marxismo-leninismo às condições concretas do Brasil, descobrindo as particularidades que se apresentam ao nosso povo na marcha para o socialismo. Neste sentido, a elaboração da orientação, da linha do Partido, é fruto da aplicação da experiência soviética, chinesa e a de outros Partidos Comunistas, às nossas condições e exige o próprio esforço dos membros e dirigentes do nosso Partido. Mas, não confundamos esta verdade com a separação nacional entre os partidos, pre-

gada pelos nacionalistas burgueses. A tarefa principal de um Partido verdadeiramente revolucionário da classe operária é educar a sua classe no espírito do internacionalismo proletário. Nosso povo necessita de independência em relação aos imperialistas, aos latifundiários e grandes capitalistas. Nosso Partido, necessita de independência em relação à ideologia do inimigo — o nacionalismo burguês. Para conquistar a verdadeira independência nosso povo deve unir-se mais e mais com os povos da União Soviética, da China, com os povos de todo o mundo e, particularmente com os povos da América Latina, que enfrentam um inimigo comum: o imperialismo norte-americano. Nosso Partido, para poder vencer, deve unir-se mais e mais com todos os demais partidos irmãos e em torno da União Soviética e do invencível P.C.U.S.

Neste sentido, é que devemos trabalhar. E' compreendendo isso que todo o Partido levanta agora, ainda mais alto, a bandeira do internacionalismo proletário.

O inimigo sabe que a classe operária, sem seu Partido político, é como um grande Exército sem Estado Maior, sem comando e não pode vencer. Por isso asseta suas baterias contra o Partido objetivando cindí-lo para depois liquidá-lo. E' perfeitamente claro, pois a necessidade de que todos os militantes e organizações do Partido, neste momento, cerrem fileiras em torno do Comitê Central e do camarada Prestes.

E' o caminho para a rápida correção de nossas debilidades e falhas.

E' o caminho para derrotar os inimigos do Partido, que são os mesmos inimigos do proletariado e do povo brasileiro.

### NOTA DA REDAÇÃO

Devido a uma falha tipográfica, foi truncado o penúltimo período da primeira parte do artigo de Luiz Teles, publicada no número anterior. O período deve ser lido da seguinte maneira: «Os países que constroem o socialismo, todos os Partidos Comunistas e Operários, unem-se mais estreitamente em torno do centro único do movimento comunista mundial — a gloriosa e invencível União Soviética.»

# Contra Algumas Teses Capitulacionistas

FANNY TABAK

Entre os artigos publicados em nossa imprensa, no decorrer dos debates que estamos travando, algumas opiniões sustentadas por vários camaradas a respeito da política do Partido exigem contestação.

São particularmente sérias, penso eu, aquelas que apresentam um caráter nitidamente reboquista e até mesmo capitulacionista, em torno de questões vitais para o destino do movimento revolucionário, em nosso país, como por exemplo, a da hegemonia do proletariado.

Desejo fazer algumas considerações em torno do artigo do camarada Caio Gabriel, publicado na «Voz Operária» de 8-12-56 e de 15-12-56, intitulado «Sobre o Projeto de Resolução», que me parece o mais particularmente grave, por seu tom seguidista e capitulacionista. No entanto, muitas opiniões contidas nesse artigo foram também manifestadas por outros camaradas.

O camarada Caio Gabriel procura fazer uma análise das forças de classe atualmente existentes no Brasil, explicar o fenômeno da polarização das forças que se está acentuando e faz algumas considerações em torno da composição da frente única. Como se vê, são questões importantes. Levanta ainda algumas questões a examinar, entre as quais a da hegemonia do proletariado, dando opinião sobre cada uma.

Vejamos em primeiro lugar a análise que faz aquela camarada sobre a correlação das forças de classe. Penso que é unilateral e muito incompleta a explicação que dá para as modificações que se estão operando no Brasil, indicadas no Projeto de Resolução do CC. Dizer que essas modificações se devem apenas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil é assumir uma posição economista, é esquecer a influência que exerce a situação internacional sobre o desenvolvimento político e econômico de nosso país — por exemplo, fatos decisivos como a existência de um sistema socialista mundial e a desagregação do sistema colonial do imperialismo. É esquecer o aguçamento da luta de classes em nosso país, das contradições inter-imperialistas no Brasil (que se acentuam bastante nestes últimos anos), o choque de interesses dentro das próprias classes dominantes brasileiras — particularmente agudo, neste momento — além de outros fatores, menos importantes.

Por outro lado, o camarada Caio esquece — talvez estonteado com o rápido desenvolvimento do capitalismo no Brasil — que embora esse desenvolvimento se faça, objetivamente, em contradição com os monopólios estrangeiros e a velha estrutura agrária, os fatos demonstram que a situação privilegiada dos monopólios estrangeiros, particularmente os norte-americanos, não foi absolutamente comprometida: as revistas econômicas e a imprensa diária publicam números referentes aos lucros colossais obtidos pelas empresas imperialistas; o montante dos investimentos estrangeiros eleva-se a cada ano, tendo atingido um total particularmente elevado em 1956, graças às facilidades oferecidas pelo governo JK, e a maior percentagem cabe aos norte-americanos. Os industriais brasileiros, através de seus líderes, chegam a pedir ao governo, pelo menos, um tratamento igual àquele concedido aos capitais estrangeiros.

O camarada Caio parece esquecer, ao mesmo tempo, que a dominação dos monopólios não se faz apenas no terreno econômico, mas também político, e é justamente graças a essa dominação política, à influência que exercem sobre o próprio aparelho de Estado, que os monopólios imperialistas obtêm as leis que os protegem (acaba de ser vetada a emenda do deputado Sérgio Magalhães, exigindo que a remessa de lucros para o exterior se faça à taxa de câmbio livre e não oficial, como vem sendo feita, roubando assim milhões de dólares ao Tesouro nacional).

Quanto à velha estrutura agrária, está sendo muito pouco abalada. Mesmo os projetos de lei mais «inofensivos», como por exemplo, a extensão da legislação social ao campo, são combatidos violentamente pelos representantes do latifúndio, enquanto que as organizações camponesas (temos o exemplo recente da Associação de Londrina, no Paraná), são brutalmente perseguidas e impedidas de funcionar, apenas porque defendem reivindicações imediatas elementares dos camponeses.

Parece-me falsa, também, a conclusão a que chega o camarada Caio de que, como resultado desse desenvolvimento capitalista, a burguesia «se firma e se consolida como classe». A burguesia brasileira não constitui uma classe homogênea e por isso não podemos afirmar que a burguesia «já tenha conseguido posições decisivas na máquina do Estado, passando os latifundiários para plano secundário». Tanto que reivindicações sentidas por vastos setores da burguesia, como por exemplo, o estabelecimento de relações comerciais com todos os países, particularmente com os países de democracia popular, não foram atendidas pelo governo que, ao contrário disso, acaba de desferir um golpe contra os acordos bilaterais, (onde se incluem aquelas democracias), com a elevação dos ângios mínimos.

Afirmar que «o surgimento e a proliferação das empresas mistas (capitais do Estado e privados) e outras medidas estatais parecem indicar que o Estado vai cada vez mais caindo sob a influência da burguesia, embora nele ainda se encontrem representantes dos latifundiários», não me parece correto. A participação do Estado na exploração de setores importantes da economia, especialmente da indústria pesada, é uma característica de países subdesenvolvidos, muito mais atrasados que o Brasil e isso porque a burguesia nacional desses países não tem capacidade de realizar os grandes investimentos exigidos pela indústria pesada e de base. Aliás, uma característica nova das inversões de capital estrangeiro no Brasil é que elas se estão fazendo principalmente nos ramos da indústria pesada (metalúrgica, automobilística, química, mecânica, etc.), que exigem inversões muito vultosas.

Tem-se a impressão de que o camarada Caio procura, a seguir, timidamente, justificar a tendência da burguesia à conciliação com o latifúndio e o imperialismo, que decorre de seu próprio caráter de classe exploradora e não, como ele afirma, de «certas peculiaridades de seu desenvolvimento histórico», pois a contradição que existe entre a burguesia e os latifundiários é uma contradição secundária e não antagonista (como também entre a burguesia e o imperialismo).

mo). É falso apresentar, por exemplo, o «entreguismo» e o «anti-entreguismo» como expressão da contradição entre a burguesia e os latifundiários e da diminuição da «área de coexistência» entre eles. No campo dos entreguistas estão não somente latifundiários, mas grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos e outros, bem como elementos de outras classes e camadas sociais. O que distingue um entreguista de um «anti-entreguista» não é a classe a que pertence, mas sua posição política: a favor da entrega do país aos imperialistas estrangeiros ou contra essa entrega.

Aliás, aquela impressão persiste e se reforça, na parte final de seu artigo, em que procura mostrar a burguesia, de modo geral (portanto, toda ela) como força progressista, como força dirigente da frente única, capaz de conduzir vitoriosamente até o fim a luta de emancipação da classe operária e do povo brasileiros. Mas é falso afirmar que «representantes da burguesia agitam constantemente reivindicações do proletariado e se esforçam por enquadrá-lo dentro das reformas sociais». Ao contrário, os capitalistas procuram sempre descarregar o peso de suas dificuldades sobre os ombros da classe operária (exemplo recente da fábrica Confiança, no DF, que não hesitou em despedir milhares de operários, resolução da última reunião das classes produtoras, pleiteando a queda da estabilidade e a revisão da legislação social, etc.). A classe operária só tem conseguido obter algumas melhorias à custa de duras lutas e não por favor especial da burguesia.

Partindo dessa falsa caracterização do papel da burguesia, o camarada Caio chega a colocar como base da frente única a burguesia e o proletariado, por serem já forças poderosas, alegando que os camponeses ainda estão «debilmente mobilizados». Ora, com essa compreensão, chegaremos ao absurdo de esquecer uma noção elementar: a de que os camponeses constituem o aliado fundamental da classe operária e que, sem eles, é impossível fazer a revolução, especialmente no Brasil, onde formam a imensa maioria. Os camponeses brasileiros, nestes últimos anos, têm revelado grande combatividade e sustentado lutas agudas, inclusive de armas na mão, em defesa de seus direitos. Também se tem elevado bastante o grau de sua organização.

Mais adiante, parece que o camarada Caio se apercebe do erro que cometeu e, ao tratar da questão da polarização de forças que se processa no país, afirma que as reservas que decidiram do resultado final da luta interna dentro da frente nacionalista «se encontram na firme e decidida mobilização das massas, principalmente da classe operária e dos camponeses». Mas isso não diminui a gravidade do erro.

Também na análise que faz sobre a polarização de forças, embora tome como ponto de partida, o que me parece justo, a divisão das forças políticas em duas correntes: a entreguista e a anti-entreguista, penso que é falso afirmar que a primeira é a expressão dos grandes latifundiários e monopólios norte-americanos, enquanto a segunda, ou nacionalista, incluiria (embora ele não o afirma, fica implícito), todas as classes e camadas sociais, excetuadas apenas os latifundiários (portanto, toda a burguesia).

A complicada esquematização que faz a camarada Caio da composição da frente única, sua divisão em esquerda, centro e direita, parece-me inteiramente subjetiva, não corresponde à realidade. Não vemos, na atual realidade política nacional, essa separação nítida entre «esquerda, direita e centro», nem estão delineadas e bem caracterizadas uma «burguesia radical», uma «burguesia moderada» e uma «burguesia conservadora». A burguesia, como classe, não faz parte da frente nacionalista, como afirma Caio. Estamos vendo, atualmente, a divisão dos grandes partidos políticos das classes dominantes (PSD, PTB e UDN), do qual fazem parte não só latifundiários mas também setores importantes da burguesia, em «alas velhas» — os elementos mais reacionários e conhecidos entreguistas e «alas moças», formadas por aqueles que exigem uma política mais de acordo com os interesses nacionais.

Em seu segundo artigo, o camarada Caio Gabriel trata da posição tática de nosso Partido e levanta algumas questões a examinar. É aí que surgem erros graves, grosseiros atentados aos princípios marxistas.

Ao tratar da questão da frente única, ele dá a entender que a concebe como uma entidade estruturada, à qual o PCB adere em certas ocasiões, ou da qual se afasta, se retrai ou defecciona. Essa impressão se confirma quando, ao tratar da frente democrática de libertação nacional, escreve erradamente com maiúsculas, deturpando assim a idéia programática contida no Programa do Partido, que nunca foi a de organizar e estruturar uma entidade de frente única que se denominasse F. D. L. N. Por outro lado, não é obrigatório «descartar o esquema da FDLN», como afirma o camarada, como condição prévia para «contribuirmos eficazmente para a ampliação e reforçamento da frente que aí está». Nós comunistas já somos parte integrante dessa «frente que aí está». Temos participado ativamente da vida política nacional e em alguns acontecimentos políticos, nossa participação tem tido importância decisiva, como as eleições de JJ.

Não compreende o camarada, parece, que o PC deve manter, em todos os momentos e em qualquer situação, uma posição independente, de defesa intransigente dos interesses de classe do proletariado e não de outra classe qualquer. O PC não «adere» a uma pretensa frente única, já constituída à sua revelia, mas é parte integrante, como partido político da classe operária, a mais combativa classe da sociedade brasileira, aquela a quem cabe dirigir essa frente. Quanto ao caráter do atual governo, este seria «um governo da burguesia, do qual os latifundiários ainda participam, mas em plano secundário». Para prová-lo, afirma que o governo do sr. JK tem resistido, embora timidamente e com inúmeras vacilações, às pretensões dos monopólios norte-americanos. Será verdade?

Se admitirmos que o atual governo já é «um governo da burguesia» e, por outro lado, como faz o camarada Caio, aceitarmos que é a burguesia quem levanta a bandeira da independência nacional, como explicar a política do go-

vêrno JK, que não é uma política de defesa da independência nacional, mas uma política contraditória, de avanços e recuos entre uma posição entreguista e uma posição mais ou menos independente? Os últimos acontecimentos políticos demonstram que o governo tem tomado sucessivas medidas em defesa dos privilégios dos monopólios norte-americanos (entrega de Fernando de Noronha, ameaça de revisão da nova política atômica — que permanece inoperante — veto à limitação da remessa de lucros, elevação dos ângios mínimos, maiores facilidades para investimentos estrangeiros, ameaças abertas à Petrobrás, atentados graves às liberdades democráticas).

Portanto, a realidade parece indicar que o governo JK é um governo de latifundiários e grandes capitalistas, no qual exerce influência certos setores das classes dominantes, que defendem uma posição mais ou menos independente em face do imperialismo norte-americano, e a burguesia nacionalista.

Finalmente, chegamos ao erro mais grave cometido pelo camarada Caio Gabriel — trata-se da hegemonia do proletariado. Afirma ele que «nas atuais condições do Brasil e do mundo é possível ao proletariado marchar em aliança com a burguesia e outras camadas sem submetê-las à sua hegemonia». Aí se manifesta em toda a sua pujança a tese seguidista, que o leva (conscientemente ou não, pouco importa), ao capitulacionismo, à renúncia de uma posição independente, de classe, para o proletariado.

Segundo a opinião do camarada Caio, e de outros camaradas, a frente única não precisa ter força dirigente, ou hegemônica. Basta existir uma «zona de influências» entre as diferentes classes e camadas sociais que constituem a frente única. Essa tese é completamente errada, constitui uma violação de um princípio marxista essencial.

Que acontecerá se o proletariado marchar ao lado da burguesia, sem lutar por conquistar a hegemonia, a direção do movimento? A hegemonia será então da burguesia, que assumirá a direção dos camponeses, da pequena burguesia e da intelectualidade. E assim, o proletariado deixará de ter aliados firmes, sob a sua direção, condenando-se a ficar a reboque da burguesia.

«Para a burguesia — dizia Lênin em Duas Tácticas — convém que a revolução burguesa não elimine de um modo excessivamente decidido todas as reminiscências do antigo, deixando algumas delas, isto é, é vantajoso que a referida revolução não seja completamente consequente, não chegue até o fim, não seja decidida e implacável». «Para a burguesia é mais vantajoso que as transformações necessárias no sentido democrático burguês se realizem de um modo lento, progressivo, cauteloso, indeciso, por meio de reformas e não da revolução».

E mais adiante:

«Pelo contrário, para a classe operária é mais vantajoso que as transformações necessárias no sentido democrático-burguês se efetuem precisamente de um modo revolucionário, não reformista, pois o caminho reformista é o dos adiamentos, da agonia dolorosa e lenta das partes apodrecidas do organismo popular. Com isto sofrem, antes e acima de todos, o proletariado e os camponeses».

Será então indiferente que a direção, dentro da frente única, esteja com a burguesia ou o proletariado? É claro que não.

Por outro lado, a idéia de que a frente única não precisa ter uma força hegemônica, dirigente, de que basta existir uma «zona de influências» entre as diferentes classes que a constituem, não passa de ilusão pequeno-burguesa. É não compreender que dentro da frente única estão classes sociais cujos interesses são inconciliáveis — como o proletariado e a burguesia. A concepção marxista da frente única pode ser expressa pelas seguintes palavras de Liu Chao Tchi, em seu informe ao VIII Congresso do PC da China: «Nosso política em relação à burguesia nacional é, como antes, política de união com a burguesia nacional e de luta contra ela política de alcançar a união por meio da luta. Isto quer dizer que, com base na aliança entre operários e camponeses, a classe operária continua a manter a política de aliança com a burguesia nacional». E afirmava adiante: «A luta pelas restrições e contra elas foi, nos últimos anos, a forma fundamental da luta de classe dentro de nosso país, refletindo a contradição de classe básica no país: a contradição entre a classe operária e a burguesia». A fórmula que resume nossa posição diante da burguesia nacional é a seguinte: «união e luta».

O proletariado e a burguesia se unem em torno de interesses comuns, mas ao mesmo tempo lutam entre si devido aos seus interesses de classe divergentes. Se o proletariado renunciar a dirigir a frente única de acordo com uma política que leve a revolução antifeudal e ant imperialista até o fim e prepare as condições para a revolução socialista a burguesia se esforçará por dirigir a frente única de acordo com os seus interesses estreitos de classe exploradora, possivelmente no sentido de obter vitórias parciais sobre os imperialistas e os latifundiários (talvez através de compromissos e concessões mútuas), mas nunca com o objetivo de preparar condições para a passagem ao socialismo.

A diferença que existe entre nós, comunistas e nossos aliados nacionalistas está justamente em que nós, marchamos ao lado de todos contra a dominação imperialista e o atraso semifeudal, mas nesta luta não nos esquecemos dos interesses fundamentais, de classe, do proletariado. Por isso nos esforçamos para que o proletariado dirija os camponeses e as outras camadas revolucionárias. Só assim terá ele força para levar a revolução democrática e nacional consequentemente até o fim e passar à etapa posterior, da revolução socialista.

Admitir a possibilidade de uma «zona de influências» é condenar o proletariado à conciliação e ao capitulacionismo. Que significaria isso? O proletariado exerce «influência» sobre a burguesia e outras camadas da frente única e ao mesmo tempo a burguesia e as outras camadas exercem «influência» sobre o proletariado. Mas qual das «influências» há de prevalecer? O camarada Caio diz que isso será resolvido pelo

(Conclui na quarta página)

# Sobre o Capitalismo de Estado no Brasil

JACOB GORENDER

O capitalismo de Estado é uma categoria econômica que apresenta certas características essenciais muito gerais, onde quer que apareça. Entretanto, como toda categoria econômica, não são sempre as mesmas a sua forma, o ritmo e a tendência de sua evolução, a sua significação econômico-social. Tudo isto pode sofrer profundas modificações, conforme as condições concretas de tempo e de lugar em que se manifesta o capitalismo de Estado.

Lênin nos deixou, em diversos dos seus trabalhos, um modelo de estudo marxista desta questão.

O ponto de partida é aqui o caráter do Estado.

O capitalismo monopolista de Estado num Estado imperialista — Lênin cita a Alemanha — é a opressão mais dura para os operários e, ao mesmo tempo, a proteção feraz dos lucros dos capitalistas. Não basta dizer que o capitalismo monopolista de Estado prepara materialmente o socialismo. Num Estado imperialista, o capitalismo monopolista de Estado serve ao capital financeiro, que domina o aparelho de Estado. Se olharmos, agora, para os Estados Unidos, para a Inglaterra ou a República Federal Alemã, veremos que a conclusão de Lênin continua plenamente válida.

Outra coisa sucede, porém, num Estado revolucionário-democrático.

... o capitalismo monopolista de Estado, num Estado verdadeiramente revolucionário e democrático, representa, inevitável e inexoravelmente, um passo, muitos passos para o socialismo! (Lênin, «A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la», in «Obras Escogidas», vol. II, pag. 133, Ed. de Moscou, 1948).

Lênin indaga: no interesse de quem é dirigida a empresa estatal?

E responde:

«De duas, uma. Ou no interesse dos proprietários de terra e capitalistas, e neste caso não teremos um Estado revolucionário-democrático, mas um Estado reacionário-burocrático, isto é, uma república imperialista; ou no interesse da democracia revolucionária, e então este Estado será já um passo dado para o socialismo.» Idem).

Lênin analisou demoradamente, em especial na sua obra «Sobre o império em espécie», o papel que pode representar o capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado, no período de transição do capitalismo ao socialismo. O capitalismo de Estado pode ser, neste período, um precioso instrumento do Estado proletário, submetendo os capitalistas ao controle do Estado acelerando o desenvolvimento das forças produtivas, disciplinando a pequena produção mercantil, etc. Todo o problema, dizia Lênin, consiste em canalizar o desenvolvimento capitalista que, até certo grau, ainda se verifica no período de transição, para o leito do capitalismo de Estado e assegurar, em seguida, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo.

(Vale notar, de passagem, que, já sob a ditadura do proletariado, ao enumerar os elementos das diversas formações social-econômicas existentes na Rússia de 1921, Lênin distingue o capitalismo de Estado do socialismo. Armando Lopes da Cunha, e, portanto, nas condições do Estado de latifundiários e grandes capitalistas que existe no Brasil de nossos dias, identifica o capitalismo de Estado com elementos do socialismo. Talvez se possa pôr em dúvida a «audácia» teórica do referido articulista. O que está fora de dúvida, porém, é o seu revisionismo).

É sabido que as idéias de Lênin sobre o capitalismo de Estado no período de transição do capitalismo ao socialismo, em virtude de determinadas circunstâncias históricas desfavoráveis, pouco foram aplicadas na União Soviética. A ampla aplicação e o desenvolvimento criador dessas idéias vêm sendo levadas a efeito, nos últimos anos, em condições históricas favoráveis, pelos camaradas chineses.

As teses leninistas fundamentais sobre o capitalismo de Estado, devem nos orientar, evitando transposições dogmáticas e mecanicistas, no estudo desse fenômeno, tal qual se apresenta dentro das particularidades concretas da realidade brasileira.

Para bem compreender a significação econômico-social do capitalismo de Estado no Brasil, é necessário, antes de tudo, destacar as particularidades que o distinguem do capitalismo de Estado nos países imperialistas.

De fato, a primeira coisa que nos chama a atenção é que, nos Estados Unidos e nos países capitalistas da Europa, o capitalismo de Estado surgiu, como fenômeno típico, na fase imperialista. Na época do capitalismo pre-monopolista, os casos de capitalismo de Estado eram sem maior significação, não pesavam no conjunto da economia. Na época do imperialismo, o capitalismo de Estado se desenvolve, atingindo enormes proporções. O capitalismo de Estado, nos países imperialistas expressa, na essência, um desenvolvimento das forças produtivas muito elevado e, como resultado deste desenvolvimento, um alto grau de socialização da produção. O capitalismo de Estado é aqui, por assim dizer, o índice exponencial do desenvolvimento do caráter social das forças produtivas, a expressão capitalista mais elevada de sua socialização. O capitalismo de Estado indica, aqui, a maturidade da economia do país, para a revolução socialista.

Nos países imperialistas, o capitalismo de Estado tem, essencialmente, o papel de instrumento de subordinação do aparelho de Estado aos interesses dos monopólios financeiros, de instrumento de exploração ainda mais impiedosa das massas trabalhadoras, de saque brutal dos países dependentes e coloniais, de militarização da economia nacional.

Vejamos, agora, o que se passa no Brasil. Em relação ao conjunto da economia nacional, o capitalismo de Estado (inclusive o capitalismo monopolista de Estado) existe no Brasil em proporção considerável. Mas, as causas do aparecimento e a significação econômico-social do capitalismo de Estado no Brasil não são exatamente as mesmas que nos países imperialistas.

O Brasil não é um país de capitalismo altamente desenvolvido, maduro, mas, ao contrário, de capitalismo jovem, em ascensão. As forças produtivas, embora em crescimento, ainda se encontram fracamente desenvolvidas em nosso país (apesar de iniciarmos a construção de uma indústria pesada, no sentido moderno da palavra), o nível da acumulação capitalista, apesar do que se eleva, ainda é relativamente bastante baixo (o país sofre não de «excesso», mas de falta de capitais), etc. Do ponto de vista econômico, o Brasil não está maduro para a revolução socialista, mas para a revolução anti-imperialista e anti-feudal, em essência democrático-burguesa.

Por que, então, o capitalismo de Estado assumiu no Brasil proporções consideráveis e tende a se desenvolver mais ainda?

Por que, não sendo o Brasil um país imperialista, desenvolveu em sua economia o capital de Estado?

Discordo do camarada M. A. Coelho, quando vai buscar as raízes do fenômeno no período colonial, no tempo dos donatários portugueses. Desta maneira, embaralham-se as características essenciais dos diferentes períodos de nossa História e, seguindo o exemplo de Roberto Simonsen, em sua «História Econômica do Brasil», o Brasil colonial passaria a ser estudado como um país que já se desenvolvesse internamente de modo capitalista, o que me parece inaceitável.

Creio que se podem apontar várias causas para o fenômeno do capitalismo de Estado em nosso país. Penso, porém, que existem duas mais importantes. Examinemos a primeira delas.

O desenvolvimento capitalista vem se processando no Brasil nos marcos estreitos de fortíssimas sobrevivências feudais e de uma economia dependente do imperialismo, por ele extremamente deformada, e, ainda, por fim, na época em que o capitalismo, como sistema mundial, se encontra em sua crise geral, cada vez mais avançada.

A burguesia brasileira — em especial, a sua parte progressista — é obrigada constantemente a proteger o desenvolvimento capitalista no país da pressão que sobre ele fazem os monopólios imperialistas. É obrigada, por isto, a promover a criação, no mais breve prazo, de um mínimo de forças produtivas modernas, sem as quais não se pode pensar, em nosso tempo, em progresso econômico: centrais elétricas, usinas siderúrgicas, indústria de petróleo, etc. E como, nem sempre, os capitalistas brasileiros podem empreender a criação de tais forças produtivas, em parte ou inteiramente, em caráter de capitalismo privado, recorrem ao capitalismo de Estado, como um meio para garantir e apressar tal processo (este é o melhor dos casos, porque, não poucas vezes, são os monopólios imperialistas que se apossam da iniciativa em seu próprio proveito).

Isto explica, então, porque o Estado, no Brasil, deve carregar sobre os seus ombros Volta Redonda, Paulo Afonso, a Petrobrás, a Fábrica Nacional de Motores, a Central do Brasil, a Companhia Nacional de Alcalis, etc. Como se vê praticamente, uma parte bastante grande da indústria pesada do país.

Um fenômeno característico do capitalismo de Estado no Brasil é o que se refere ao Banco do Brasil.

O Banco do Brasil representa mais de metade das operações ativas do ramo bancário. Realiza o grosso dos empréstimos e sustenta os próprios bancos privados através da Carteira de Redescostos. Em poucos países, certamente, se verifica tão alto grau de monopolização dos negócios bancários (já sem mencionar também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, outra empresa bancária capitalista de Estado). Por que isto se dá em nosso país?

Creio que o Banco do Brasil desempenha este papel, não como resultado de um processo histórico de formação de poderosos monopólios bancários, típicos do capital financeiro, nos países imperialistas, e que acabassem sendo nacionalizados em termos de capitalismo de Estado, mas, precisamente, pelo contrário, em virtude da própria fraqueza financeira dos bancos privados brasileiros, o que é consequência do próprio nível, ainda relativamente baixo, da acumulação capitalista no país.

Os recursos financeiros, insuficientes nos bancos privados, são fornecidos pelo Banco do Brasil, que se vale, para isto, do dinheiro dos órgãos do Estado, das autarquias e, sobretudo, das emissões inflacionárias. Desta maneira é que, de modo indireto, o financiamento dos latifundiários e capitalistas se faz pelas próprias massas trabalhadoras, que são, por tais processos, saqueadas e cada vez mais pauperizadas.

Aí está uma questão de importância fundamental, que o camarada Armando Lopes da Cunha omite e obscurece inteiramente quando identifica o capitalismo de Estado no Brasil com a «propriedade social» e com «embrões do socialismo». Armando Lopes da Cunha vê somente o aspecto progressista do capitalismo de Estado em nosso país e o exagera tão desmedidamente que o inclui na esfera do desenvolvimento socialmente progressista. Mas, ao mesmo tempo, se nos colocamos em posições marxistas, de classe, e se não caímos no idealismo revisionista, é indispensável reconhecer também que quem paga por tal progresso são principalmente as massas trabalhadoras. São elas que, diretamente, através dos impostos, e, indiretamente, através das emissões inflacionárias, fornecem uma parte substancial do capital das empresas estatais e semi-estatais. Quanto aos operários, que trabalham nessas empresas, são eles que produzem mais-valia para o incremento do capital dessas empresas e para o enriquecimento dos capitalistas, através de múltiplos e nem sempre visíveis canais. Podemos afirmar, por isto, que o atual progresso econômico do nosso país vem custando um preço caríssimo ao povo brasileiro, obrigado a sustentá-lo com sua pauperização crescente. Este simples fato, que um comunista jamais pode perder de vista, se não quer cair no objetivismo burguês, vem sendo sumariamente pôsto de lado por tantos companheiros deslumbrados agora diante da burguesia brasileira e se desmanchando em louvações a ela.

O nosso dever de comunistas é o de lutar, de modo decidido, mesmo nas condições do regime atual, pelo progresso econômico de nossa Pátria e, para este fim, não devemos vacilar em buscar a aliança com a burguesia nacional. Mas, ao mesmo tempo, por sermos comunistas, cabe-nos zelar pelos interesses específicos da classe operária e pelos interesses gerais das grandes massas do povo brasileiro. Aos operários das empresas estatais e semi-estatais, devemos indicar o caminho da luta diária e incansável pelo seu salário, contra a exploração do Estado em sua função de «capitalista coletivo». E ao povo brasileiro, devemos indicar a necessidade da luta mais enérgica em defesa do seu nível de vida, contra todas as medidas do governo que visam escorchá-lo em proveito das classes dominantes, para fazer com que sejam estas as beneficiárias exclusivas das iniciativas estatais no terreno econômico.

Concluindo esta parte de nossa exposição, constatamos que o capitalismo de Estado não é, no Brasil, o traço característico de uma economia capitalista madura, em sua etapa imperialista, mas, ao contrário, de uma economia capitalista imatura que, para se proteger e acelerar o seu desenvolvimento, o seu progresso, é obrigada a se utilizar de formas econômicas que, nos países do capitalismo «clássico», só adquiriram importância decisiva na fase do imperialismo. Estes países, no fundamental, puderam desenvolver o capitalismo, até um grau muito elevado, quase prescindindo do capitalismo de Estado. O contrário se passa no Brasil, onde o desenvolvimento capitalista se processa sem que tenham sido eliminadas as sobrevivências feudais e a opressão imperialista, em pleno século XX, quando o nível da técnica impõe a cada país capitalista enormes inversões de capital para poder resistir à concorrência dos monopólios internacionais.

Há, porém, uma outra causa ainda, também de primeira ordem, que influi na expansão do capitalismo de Estado no Brasil.

Se o desenvolvimento do capitalismo de Estado resulta, por um lado, da pressão da burguesia brasileira, particularmente do seu setor progressista, que chamamos de burguesia nacional, também resulta, por outro lado, em numerosos casos, da pressão do imperialismo e, nos tempos atuais, sobretudo do imperialismo norte-americano. O imperialismo encontra no capitalismo de Estado uma forma conveniente para controlar determinadas esferas da economia brasileira. Os casos da «Light & Power», da «Bond & Share», da Companhia Vale do Rio Doce e, parcialmente, das estradas de ferro, são exemplos típicos, que nada, entretanto, ensinam ao camarada Armando Lopes da Cunha. O capitalismo de Estado serve, nesses casos, para frear e deformar o desenvolvimento econômico do país, para mantê-lo na condição de fonte de fabulosos lucros e de apêndice da economia imperialista, sobretudo a norte-americana.

Isto é possível porque o Estado brasileiro, que é um Estado de latifundiários e grandes capitalistas, se submete, no essencial, às exigências do imperialismo norte-americano. Por pressão da burguesia nacional, mas principalmente das massas populares, dirigidas pelo proletariado e o seu Partido, algumas das exigências imperialistas encontram oposição e não foram satisfeitas em determinados casos bastante importantes, a exemplo da Petrobrás. As contradições inter-imperialistas também desempenham, nesse terreno, certo papel. No essencial, porém, o imperialismo norte-americano continua a encontrar um ponto de apoio no atual Estado de latifundiários e grandes capitalistas, que domina o país. E, por isto mesmo, determinados setores do capitalismo de Estado, no Brasil, são colocados a serviço dos interesses dos monopólios norte-americanos.

O próprio camarada Armando Lopes da Cunha, apoiado no economista soviético E. Varga, assinala a tendência generalizada neste segundo pós-guerra para a exportação de capital sob a forma de empréstimos estatais, concluindo que isto influi no crescimento do peso do capitalismo de Estado na economia brasileira. Tal fato realmente se verifica, sendo, porém, de reparar que E. Varga, ao tratar daquela tendência, não se refere vagamente à exportação de capital, em geral, mas, explicitamente, à exportação pelos Estados imperialistas e, em particular, pelos Estados Unidos, destacando que um terço do capital norte-americano exportado se aplica na América Latina, onde os Estados Unidos possuem grande influência política e militar.

Não é, por acaso, entretanto, que Armando Lopes da Cunha foge das questões agudas, mesmo citando autores respeitáveis, e recorre a abstenções. É que, logo em seguida, lança a seguinte questão bastante «audaciosa»:

«Que resultado terá isto do ponto de vista do regime econômico-social? Em outras palavras: o desenvolvimento do capitalismo de Estado no Brasil tende a levar nosso país para o capitalismo, ou para um regime que, não sendo ainda o socialismo, não será mais o capitalismo?»

O próprio Armando Lopes da Cunha responde a esta questão em trecho anterior do seu artigo de resposta a M. A. Coelho, quando afirma:

«... o capitalismo de Estado tende a levar o Brasil por um caminho de desenvolvimento que não pode ser o capitalismo e que o aproxima do socialismo».

Realmente, uma clareza meridiana. Para o camarada Armando Lopes da Cunha, os empréstimos estatais dos países imperialistas e o capitalismo de Estado, em geral, contribuem para a modificação do regime econômico-social do Brasil rumo a um sentido não capitalista, conduzindo a um regime que — certa incondição! — «não pode ser o capitalismo» nem ainda é o socialismo, só pode ser, portanto, a transição do primeiro para o segundo.

O camarada Armando Lopes da Cunha certamente não percebe que está realizando a mais espantosa apologia que se poderia fazer do imperialismo, estarrecedora quanto parte de quem se diz marxista, e, além do mais marxista criador, anti-dogmático.

Não, camarada Armando Lopes da Cunha. As inversões imperialistas, e, em primeiro lugar, as do imperialismo norte-americano, quaisquer que sejam, não tendem a levar o Brasil para o socialismo, mas ao agravamento da sua dependência econômica e política, ao fortalecimento das posições dos monopólios financeiros dentro do país, ao desmedido incremento da pauperização do povo brasileiro. Toda a nossa História é comprova com excesso. Os interesses mais vitais do povo brasileiro residem na emancipação completa de nossa Pátria do jugo imperialista norte-americano.

Quanto ao capitalismo de Estado, em geral, não encerra. (Conclui na pag. 9)

## RETIFICAÇÃO

Devido a um engano cometido em nossa redação, o artigo publicado na edição anterior, intitulado «Sobre o caráter do capitalismo de Estado», cujo autor é Jacob Gorder, foi publicado com a assinatura de Rui Facó.

A REDAÇÃO

# OBSERVAÇÕES SOBRE A SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DA U. J. C.

(CARTA ABERTA À C. N. DA U. J. C.)

JAIR DE OLIVEIRA

Queridos camaradas:

Por razões que são óbvias, não me foi possível, até hoje, participar do grande debate que se realiza no movimento comunista brasileiro e, mais particularmente, nas discussões sobre a melhor forma de realizar o trabalho do Partido entre os jovens.

— I —

Esta carta tem o objetivo de transmitir à C. N. da UJC minha opinião sobre o documento intitulado «SOBRE A ATIVIDADE DOS COMUNISTAS ENTRE OS JOVENS», aprovado pela II Conferência Nacional da UJC.

a) Considero que as questões discutidas na II Conferência e que resultaram na aprovação do documento acima citado, não deveriam ter sido objeto de discussão da UJC, e sim, deveriam ter sido, há muito tempo, discutidas pelo Partido. Considero também, não justa, a forma como foi convocada a II Conferência.

No entanto, na altura em que estamos, considero que seria formalismo levar a discussão para esse terreno. Essa questão deverá ser discutida no sentido de estabelecer princípios, mas somente depois que as questões políticas e orgânicas tratadas no documento hajam encontrado justa solução.

No momento, o que é claro e deve orientar, a meu juízo, os que têm que resolver essa questão é que, a C. N. e o secretariado da UJC, trabalharam honradamente e fizeram enormes esforços para encontrar a solução de problemas que estão sob sua responsabilidade.

b) Penso que devo saudar os camaradas da C. N., por haverem feito esforços para encontrar a solução de um problema que há anos vem se arrastando, causando grandes prejuízos ao conjunto do movimento democrático brasileiro.

Considero o documento aprovado pela II Conferência como o resultado de um trabalho sério que, por uma série de fatores, não chegou a ser um documento feliz.

c) Embora reconheça tudo isso, não estou de acordo com grande parte da análise feita da situação da juventude brasileira, nem com a avaliação que se faz dos 6 anos de vida da UJC, e muito menos com as conclusões que se chegou sobre o trabalho dos comunistas entre os jovens.

— II —

Passarei a opinar sobre o capítulo II do documento em questão:

(Aspectos da situação da juventude brasileira)

a) Não é justa, principalmente se olharmos as cidades, a constatação de que, em inmensa maioria dos jovens trabalhadores não pertencem a nenhuma organização de massas juvenis.

Grande parte dessa juventude pertence aos clubes que proliferam em grande quantidade nos bairros e nos locais de trabalho. Ali, em prática o futebol, participa de bailes, festas, pic-nics, etc., organizados por esses clubes. Uma parte dela em muitos desses clubes realiza atividades culturais tais como, grupos teatrais, choras de penitência, exhibições cinematográficas, escolas de samba, etc.

Compõem esses clubes uma grande maioria de jovens trabalhadores, dos quais uma parte considerável não participa de qualquer outra organização.

Todas as aspirações de boa parte da juventude, a prática do esporte, as atividades culturais, a recreação, ela procura realizá-las nesses clubes.

Por outro lado, sendo a composição social desses clubes preponderantemente de jovens trabalhadores, isso determina que neles se encontra sempre uma grande receptividade para todo tipo de luta reivindicativa, para todas as campanhas pacíficas, patrióticas e democráticas.

Assim é, que ações de movimentos, que em diversas ocasiões foram realizados por vários desses clubes no sentido de obter melhores condições para a prática esportiva, por obter melhores sêdes, pela redução dos preços dos alvarás, (movimentos de grande importância para educar a juventude) é de nossa própria experiência a participação dessas organizações nas campanhas da paz, de defesa do petróleo, nas lutas eleitorais, etc., etc.

De outro lado, tomando-se a experiência de São Paulo, pode-se afirmar que existe e se desenvolve um grande sentimento unitário nessas organizações.

Pelas dificuldades que encontram na realização de seus planos e pelas vezes seguidas que têm sido enganados e traídos pelos políticos burgueses demagogos, sentem a necessidade de ações unitárias para transformar-se numa força capaz de fazer-se escutar pelo poder público. (Alguns dirigentes dessas organizações nos dizem que a «crase» é como o boi. Não sabe a força que tem).

Em São Paulo, realizaram-se em 1954-55 um grande número de mesas redondas de clubes de um mesmo bairro, em vários bairros da capital. Nelas discutiram a realização de competições esportivas conjuntas e ao mesmo tempo estabeleceram programas de reivindicações económicas e sociais e adotavam medidas para encaminhá-los aos poderes constituídos.

Os milhares desses clubes, existentes no Brasil, representam uma forma de organização espontânea de nossa juventude, por ela criadas para atender suas necessidades juvenis. Ela procura utilizar essa forma de organização para obter melhorias que lhe interessam.

É fato, que uma quantidade razoável desses clubes praticam exclusivamente o futebol. No entanto, quem conhece essas pequenas organizações sabe que seus planos são sempre grandiosos, querem obter boas sêdes, querem criar diversos departamentos, etc.

Esses jovens procuram sempre dirigentes abnegados e capazes que possam orientá-los no sentido de engrandecer suas pequenas organizações. Assim é que, algumas vezes, jovens comunistas foram procurados por esses clubes para ajudá-los.

É também um fato característico, o grande amor que os sócios e diretores desses clubes têm pelos mesmos. Muitos fazem uma questão de honra defender em quaisquer circunstâncias o prestígio de seu clube.

Caracterizar esses clubes como organização de futebol foi um grave erro de análise e conduziu a uma falta de perspectiva na tarefa de acelerar a formação de um verdadeiro

e poderoso movimento juvenil brasileiro.

Saber valorizar essa forma de organização espontânea e tradicional é indispensável para conduzir a uma atividade que transforme a juventude trabalhadora numa força positiva na realização das tarefas que se apresentam ao nosso povo.

No campo, (confesso que conheço muito pouco, e o documento não contribui em nada a melhorar esses conhecimentos) se faz necessário um estudo mais cuidadoso para recolher a experiência das massas. Faz-se necessário também um estudo mais cuidadoso da experiência da UJC nesse setor, pois, embora seja ela bastante reduzida, deve ser tomada em conta.

Só assim, poderemos elaborar uma justa política e encontrar as justas formas de organização para nosso trabalho com esse setor importante e o mais numeroso da juventude brasileira.

b) Diz o documento:

«Por outro lado, dentro de uma mesma parcela existem diversificações decorrentes do desenvolvimento desigual do país. A existência dessa acentuada diversidade torna inatual uma organização única da juventude, particularmente de caráter nacional e até mesmo estadual. Daí a estagnação ou fracasso de todas as tentativas nesse sentido».

A seguir, para ilustrar essa tese, o documento se refere aos fracassos do «Estado Novo» em suas tentativas de criar uma «JUVENTUDE BRASILEIRA» com organização nacional única.

Sou completamente a favor dessa tese, julgo que não existem as condições para a criação de uma organização única da juventude, nem em escala nacional, nem estadual e vou mais longe, nem municipal. Duvido mesmo, que num futuro previsível ou mesmo depois das transformações revolucionárias que se impõem na sociedade brasileira, tal tipo de organização será ATUAL.

Embora não se diga claramente no documento que as razões expostas na tese enunciada tornam inatual uma organização como, por exemplo, a UJC, a forma como são encaixadas as organizações religiosas parece insinuar isso.

Perdêem-me os camaradas se, como se diz «estou procurando cabelo na casca de ovo». Se não tenho razão, vocês me dirão.

Mas o seguro morreu de velho afirma que, embora nas manifestações de acordo com a tese em discussão, creio que ela não condena a existência da UJC. A UJC jamais se colocou como objetivo organizar toda a juventude brasileira e transformar-se em sua organização única.

A UJC é uma organização de tendência determinada que se propõe a organizar em seu seio a parte mais avançada da juventude que, embora não sendo ainda comunista, é atraída pelas palavras de ordem revolucionárias dos comunistas.

Essa parte mais avançada existe, em maior ou menor quantidade, nas diversas regiões do país, sejam quais forem as diversificações existentes entre essas regiões e em cada camada da juventude.

Aproveito para esclarecer que não considero que, somente a existência dessas condições justifica a necessidade da UJC. Apenas quiz rebater a possível insinuação de que não existem condições para existência de uma organização tipo UJC. Mais adiante voltaremos ao assunto.

c) Seguimos lendo o documento. Continuando a análise da situação da juventude brasileira ele afirma:

«Existe, portanto, uma problema da juventude brasileira. Convm esclarecer que em nosso país — como, aliás, em toda sociedade — a juventude constitui um grupo social com características próprias e certos interesses comuns, apesar das diferenças de classe, de categoria. Mas é evidente que falta a esse grupo social, na atualidade, uma consciência coletiva ou social, da existência desse problema e da necessidade de buscar-lhe soluções comuns, enfim, falta-lhe ainda uma consciência social capaz de buscar formas de organização para exprimir-se. Sem essa consciência social pouco adiantam as afirmações sobre as qualidades ou características juvenis que no essencial são próprias dos jovens de todos os tempos, embora encontrem melhores condições de expressar-se numa época que em outra.» E conclui: «Assim podemos afirmar que diferentemente do que acontece com os estudantes, não existe, no momento em nosso país, um movimento juvenil, embora se constate, que de certa forma, se acumulam condições para sua conformação futura como um movimento efetivo.»

Resumamos o que diz essa importante passagem do documento. Parece-me que no essencial ela afirma:

1 — Que a juventude brasileira constitui um grupo social com características próprias, com interesses comuns apesar de diferenças de classes e de categorias.

2 — Que falta a esse grupo, na atualidade, uma consciência coletiva ou social da existência desse problema (uma tremenda carga de problemas a resolver) e da necessidade de buscar-lhe soluções comuns e as formas de organização para exprimir-se. Daí decorre que não existe no Brasil, atualmente, um movimento juvenil, apesar de acumularem-se condições para sua conformação futura como um movimento efetivo.

A meu juízo, como deve raciocinar um comunista ao ler essa passagem do documento? Penso que ele raciocinará mais ou menos assim: — «uma vez que a juventude tem uma tremenda carga de problemas a resolver, uma vez que ela tem características próprias, considerando ainda que esses problemas comuns que ela tem que resolver são parte integrante dos problemas que o povo brasileiro necessita resolver; é urgente e imediato a formulação correta desses problemas e descobrir as formas de organização que tomem em conta a forma de ser dos jovens e o tipo de problemas que eles têm que resolver para começar a criar essa consciência que falta. Assim agindo, aceleraremos a formação desse movimento juvenil sobre o qual, afirma o documento, que se acumulam condições para sua conformação futura.»

Isso deve ser feito, raciocinará o comunista, porque a formação desse movimento juvenil significará um reforça-

mento das forças democráticas e progressistas no Brasil e um debilitamento das forças retrógradas.

Mas eis que esse comunista, que se deteve um pouco na leitura para meditar sobre o que havia lido e tirar suas conclusões, volta ao texto e, sem querer acreditar no que lê a seguir, encontra esta conclusão surpreendente das constatações antes formuladas:

«A situação objetiva e subjetiva da juventude no Brasil, nos coloca como exigência no momento atual a tarefa de despertar, unir e organizar os jovens como elementos integrantes das classes e camadas sociais, isto é, dentro delas, e não como força social à parte ou setor delimitado por certa idade».

Se bem compreendi o que afirma a tese que acabamos de ler, a existência de características próprias e de problemas comuns a toda juventude não devem ser tomados em conta para «despertar, unir e organizar os jovens». Afirma a tese que a falta de consciência da juventude da existência «de características próprias e de problemas comuns» e o fator que deve nos conduzir a despertar, unir e organizar a juventude «como elemento integrante das classes e camadas sociais, isto é, dentro delas».

Jamais vi raciocínio mais espontaneísta!

Se a Conferência constatou que é um fato objetivo a existência desses fenômenos nesse grupo social e mais ainda, constatou que «a situação atual de nosso país, cuja economia passa por um período de plena expansão, coloca sobre os jovens brasileiros uma tremenda carga de problemas a resolver» (isto quer dizer: problemas imediatos), como partir de um elemento subjetivo (a falta de consciência) para traçar a orientação geral para o trabalho do Partido entre os jovens?

Se objetivamente, como o constatou a Conferência, aqueles tipos de fenômenos existem, eles é que devem ser o ponto de partida para descobrir a orientação geral para todo nosso trabalho entre a juventude brasileira.

Se não houvesse caído no subjetivismo e espontaneísmo a Conferência teria concluído que é impossível, despertar, unir e organizar (isto quer dizer: dar consciência) à juventude brasileira sem levar em consideração a existência objetiva de características próprias e problemas comuns a ela.

Isso em política prática significa descobrir as justas palavras de ordem e formas de organização que correspondam à forma de ser e aos problemas da juventude.

Se a Conferência tivesse estudado mais detidamente o movimento juvenil em formação, com menos subjetivismo, teria visto que as massas da juventude, a muito tempo, já nos indicaram as formas de organização que correspondem à sua forma de ser e ainda mais, nos dão os elementos que nos possibilitam formular de uma forma mais ou menos correta as justas palavras de ordem.

Os estudantes criaram suas organizações próprias que correspondem à sua forma de ser, aos seus problemas particulares. No caso dos universitários essa organização atingiu já a maturidade. Os jovens trabalhadores (operários, empregados, funcionários e parte ainda pequena de camponeses) criaram seus clubes nos locais de trabalho, e não bairros.

Se estudamos detidamente a atividade e as aspirações desses tipos de organização encontraremos não poucos elementos para a correta formulação das palavras de ordem mobilizadoras, unificadoras e organizadoras da jovem geração.

Os erros cometidos na análise da situação da juventude e o espontaneísmo e o subjetivismo ainda bastante arraigados em nos todos conduziram a Conferência a falsas conclusões sobre como melhor realizar o trabalho do Partido entre os jovens.

e) Para terminar meus comentários sobre o II capítulo do documento aprovado pela Conferência, quero referir-me à seguinte constatação ali feita:

«É um fato singular em nosso país a inexistência de organizações ou seções juvenis dos partidos políticos, bem como de líderes juvenis, correntes de opinião e publicações de jovens.»

Al encontramos afirmações corretas (inexistência de organizações ou seções juvenis dos partidos políticos burgueses) e incorretas (não existência de publicações para os jovens).

O que é surpreendente é que tudo isso é constatado sem qualquer análise do ponto de vista de classe (aliás, essa falta de espírito de classe é notada em todo o documento).

Porque não existem organizações ou seções juvenis nos partidos burgueses? Porque a burguesia não tem interesse em formá-las. A juventude tende sempre a posições progressistas, e disso a burguesia tem medo. Se vemos do ponto de vista da experiência internacional, as organizações ou seções juvenis dos partidos burgueses, assim como dos partidos oportunistas da segunda internacional, foram sempre criadas por pressão da ala esquerda desses partidos como ponto de apoio para derrotar a ala direita.

Esse não creio que seja o modelo para os comunistas. Os comunistas não temem a juventude mas, ao contrário, defendem a organização, independente da juventude como um ponto de apoio importante para as transformações revolucionárias que eles defendem.

Sobre as afirmações incorretas: Afirmar que não existem publicações para jovens no Brasil é demonstrar a ausência completa de espírito de classe. Podemos citar dezenas dessas publicações e pensamos que isso seria bom para informar a Conferência, que parece não conhecê-las, embora toda a juventude a conheça. Mas para não ocupar muito espaço citarei apenas GRANDE HOTEL, X-9, GIBI, SEXO E BELEZA, IDÍLIO, ENCANTO, etc., etc., etc., todas elas, distinguindo da forma mais sutil a ideologia burguesa.

Sei que os camaradas responderão: «o documento diz que não existem publicações de jovens e não para jovens.» É verdade, mas isso não passa de jogo de palavras. Lendo o documento não se encontra lá uma análise de como a burguesia trabalha entre a juventude. A impressão que se tem é que ela não se ocupa disso. Mas a verdade é muito outra. Essa questão deverá ser motivo de todo um estudo particular se se quiser ganhar a juventude para o movimento revolucionário brasileiro.

# O Proletariado Paulista Luta Contra a Carestia

CONTA COM O APOIO E A SOLIDARIEDADE POPULAR — BAIXOS SALÁRIOS PARA FAZER FRENTE AOS ALTOS PREÇOS DOS GÊNEROS E DAS UTILIDADES — APROVADO NA CONVENÇÃO POPULAR CONTRA A CARESTIA, PROMOVIDA PELO PACTO DE UNIDADE INTERSINDICAL, O PLANO DE COMBATE À CARESTIA — UM PASSO A FRENTE DOS TRABALHADORES E DO POVO NA LUTA CONTRA O ALTO CUSTO DE VIDA

O alto custo de vida torna-se, a cada dia que passa, um peso maior para os trabalhadores e o povo. O ano que passou foi um ano de fome e carestia para a população em todo o país, apesar da séria luta que se travou para pôr um parêntese a essa situação. No Estado de São Paulo, como reflexo da situação nacional, apesar do desenvolvimento que se verifica, as necessidades materiais da população são maiores, os serviços públicos continuam precários e insuficientes. Baixos salários e vencimentos tornam aguda a situação dos trabalhadores, insuficientes que são para fazer frente à carestia.

## PREÇOS ALTOS

Os preços altos dos gêneros de primeira necessidade e das utilidades dizem bem da miséria que afflige a população. Ganhando, na maioria das vezes, o insuficiente salário-mínimo, como é que um trabalhador poderá pagar os preços elevados? Vejamos vê-lo pela tabela abaixo:

	Cr\$
Arroz amarelado .....	24,00
Batata .....	8,00
Café .....	65,00
Leite .....	8,80
Banha .....	47,00
Pão .....	14,00
Cebola .....	7,00
Feijão .....	24,00
Macarrão .....	17,50
Óleo de algodão .....	46,00
Xarque enrolado .....	43,00
Carne .....	45,00
Açúcar .....	13,10

## OUTROS AUMENTOS

Tivemos mais aumentos. Um dos que mais se fará sentir sobre o preço dos gêneros é a majoração da gasolina, elevada de Cr\$ 5,54 para Cr\$ 5,78 o litro. Aumentado o preço dos combustíveis, paralelamente sobre o dos transportes com reflexos nos preços dos gêneros e utilidades transportados. Foram ainda majorados os preços do querosene de Cr\$ 4,76 para Cr\$ 5,16 e do óleo diesel de Cr\$ 3,18 para Cr\$ 3,46; aumentaram ainda as tarifas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a pretexto de atender o pedido de equiparação dos ferroviários; tramita também pela Câmara Municipal de São Paulo projeto visando a elevação dos preços do gás de rua enquanto as companhias de gás engarrafado já se preparam pa-

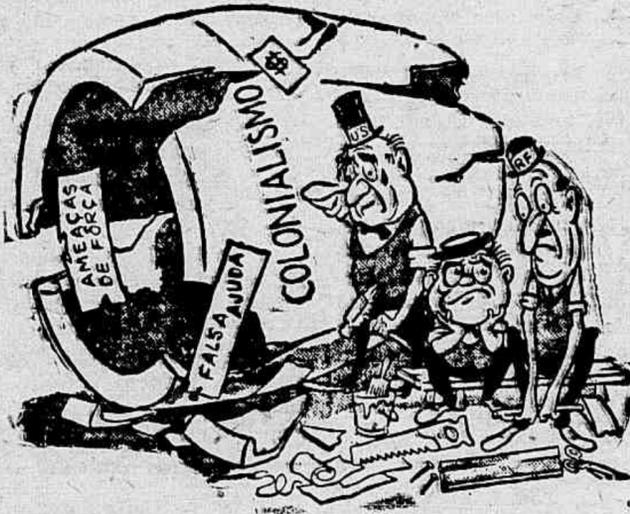
ra solicitar correspondente aumento.

## ORGANIZAM-SE OS TRABALHADORES

Mas os trabalhadores não permanecem inativos. Com-

preendem que com unidade e organização poderão barrar a onda aumentista. Nesse sentido é digna de aplausos a Convenção Popular Contra a Carestia, realizada na Capital paulista a 17 de fevereiro, no Teatro Colombo, a fim de elaborar um plano de combate à carestia. Inúmeras teses foram apresentadas pelos trabalhadores e pelo povo, através de suas organizações. Inúmeras entidades sindicais bem como organizações de bairro, tais como conselhos distritais, sociedades de amigos de bairros, associações femininas e outras entidades populares, convidadas pelo Pacto de Unidade Intersindical, estiveram presentes, contribuindo com suas sugestões para a elaboração do programa de combate ao alto custo de vida. Nessa ocasião, foi eleita uma comissão para proceder ao estudo das teses apresentadas.

Posteriormente, no dia 10 de março, ainda desta vez no Teatro Colombo, o Pacto de Unidade Intersindical, levou a efeito uma segunda sessão da Convenção Popular Contra a Carestia, ocasião em que foi apresentado o Plano de Combate à Carestia, que recebeu ligeiras emendas dos convencionais.



## SOBRE O CAPITALISMO DE . . .

(CONCLUSÃO DA 6ª PAG.)  
desenvolvimento ulterior do processo histórico, isto é, deixa a solução do problema à marcha espontânea dos acontecimentos.

Se admitíssemos como verdadeira a afirmação de que na atual frente nacionalista não existe a hegemonia do proletariado, embora exista sua influência política, a conclusão a tirar é a de que devemos intensificar a luta do proletariado para ter a hegemonia do movimento. Mas nunca, como faz Caio, a conclusão seguidista de que o proletariado deve marchar em aliança com a burguesia sem procurar ter a hegemonia.

Finalmente, como conclusão de todo amontoado de teses falsas expostas pelo camarada Caio Gabriel, longamente, em seu artigo, ele prega o «apoio sem restrições à frente nacionalista» — o que quer dizer que o proletariado deve «apoiar» e ainda por cima «sem restrições», uma «frente nacionalista» que, segundo o próprio articulista, não está e não precisa estar sob a direção do proletariado.

Que é isso tudo, senão conchamar o proletariado a marchar a reboque da burguesia nacionalista? Portanto, penso que o camarada Caio Gabriel, cuja responsabilidade e experiência revolucionárias não são pequenas, deveria meditar mais no perigo que representam as teses por ele defendidas e procurar revê-las.

## PLANO DE COMBATE A CARESTIA

No plano aprovado preconiza o Pacto de Unidade uma série de medidas de aplicação imediata. Uma comissão integrada por dirigentes sindicais, vereadores e deputados é ainda representantes das organizações de bairro entregou ao presidente da República, ao Senado e à Câmara Federal uma cópia do plano, exigindo que coloque em prática as medidas que lhes cabem. Ao governador Jânio Quadros, prefeito Wladimir de Toledo Piza, à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal foram também entregues cópias do plano, exigindo seu cumprimento. Outrossim, o Pacto de Unidade Intersindical concedeu prazo até o dia 19 de abril para que sejam aplicadas algumas das medidas preconizadas; em caso contrário, em grande concentração popular a realizar-se diante da Câmara Municipal dia 24 de abril, os trabalhadores e o povo marcarão a data em que será deflagrada a greve geral, que só será suspensa mediante o atendimento das reivindicações expressas no Plano de Combate à Carestia.

## MEDIDAS IMEDIATAS

As medidas imediatas preconizadas pelo Plano de Combate à Carestia são as seguintes:

- Supressão gradativa dos impostos indiretos, federais e estaduais;
- Instituição de prioridade nos transportes em geral para os gêneros alimentícios, que deverão gozar de tarifas especiais de baixo custo;
- Isenção de taxas, emolumentos, reconhecimento de firma, registros, etc., nos financiamentos aos produtores agrícolas até Cr\$. 200.000,00 e fornecimento de sementes a preços acessíveis;
- Fornecimento gratuito de assistência técnica aos pequenos e médios agricultores;
- Instalação, pelo governo, de escritórios permanentes de compra nos centros produtores;
- Fixação prévia dos preços mínimos nos centros de produção;
- Utilização imediata dos armazéns gerais oficiais para o estocamento e distribuição dos gêneros adquiridos pelo governo para o fornecimento às barracas, que deverão ser instaladas nas praças públicas do centro, dos bairros e dos subúrbios, às feiras livres e aos varejistas, que se comprometam vendê-los por preços previamente fixados;
- Riguroso controle dos estoques cuja situação será dada a publicidade semanalmente, indicando-se ainda a localização dos distribuidores e as quantias recebidas e distribuídas aos mesmos;
- Tabelamento criterioso de todos os demais produtos, bens de consumo e utilidades em geral, mensalidades, taxas e artigos escolares;
- Nenhuma elevação nos preços dos transportes coletivos urbanos, combustíveis domésticos, energia elétrica, água, etc.;
- Aplicação imediata das disposições contidas na Lei Estadual n. 2.085, de 27 de dezembro de 1952, e na regulamentação respectiva, pela qual o governo se obriga a financiar a compra de pequenas glebas de terra destinadas à exploração agrícola ou pecuária a todos que não possuem terra e se dispõem a cultivá-la e nela residir;
- Aplicação rigorosa da Lei n. 1.522 de 1951;
- Participação no plenário da COFAP e da

COAP, de representantes de entidades sindicais e organizações populares.

## MEDIDAS A LONGO PRAZO

Quanto a outras medidas preconizadas pelo Pacto de Unidade Intersindical, para aplicação a longo prazo, são sugeridas as seguintes no Plano de Combate à Carestia:

- Combate à inflação com drástica redução das despesas públicas superfluas;
- Comércio livre com todos os países do mundo, em pé de igualdade;
- Reforma agrária assegurando assistência técnica, financeira e social ao camponês;
- Proteção e estímulo às indústrias nacionais, produtoras de bens de consumo e utilidades em geral;
- Desenvolvimento com a adoção de medidas simples e eficazes capazes de proporcionar melhor distribuição à circulação das riquezas.

## UM PASSO A FRENTE

O plano de Combate à Carestia, aprovado pela unanimidade dos convencionais,

significa um passo a frente dos trabalhadores e do povo, visando a conquista de dias melhores para o povo paulista. Unidos e organizados em torno do Pacto de Unidade Intersindical, a maioria dos sindicatos do Estado estão dispostos a lutar por todas as formas pela aplicação do plano aprovado, no que contam com o apoio e solidariedade de outras camadas da população. Foi um grito de guerra à carestia pronunciado pelo proletariado de São Paulo, que nos dias que correm já não mais pode fazer face aos altos preços, com os baixos salários que percebe. E desta vez disposto a recorrer à greve geral se suas reivindicações não forem atendidas dentro do prazo estipulado: 19 de abril. Já está programada a concentração diante da Câmara Municipal dia 24 do mesmo mês. Será esse um dia de festa para os trabalhadores e o povo paulista, se atendidos; se não, será um dia de luta para a conquista, através de formas mais elevadas de luta, daquilo que os governos, tanto federal como estadual, não querem atender: a baixa do custo de vida.

## NOTÍCIAS SINDICAIS

### TRABALHADORES DA TELEFÔNICA, NA BAHIA, CONTRA A DEMISSÃO EM MASSA

A CEEB, empresa norte-americana de energia elétrica, atenta contra os direitos dos trabalhadores do Centro Telefônico de capital: não paga o aumento de salários conquistado pelos operários há dois meses e, além disso, acaba de demitir 50 trabalhadores, alegando dificuldades financeiras.

No entanto, no ano passado, após a decretação dos novos níveis de salário-mínimo, a CEEB obteve um aumento de tarifas de 23%. Apesar disso, a companhia americana continua a pressionar o governo estadual, exigindo nova revisão de tarifas.

Diante da demissão em massa e da recusa da CEEB em pagar o reajustamento combinado, os trabalhadores do Centro Telefônico reunem-se para deliberar sobre as medidas a tomar, em defesa de seus direitos.

### NOVA LIMA PREPARA-SE PARA O I CONGRESSO SINDICAL DE MINAS GERAIS

Importante manifesto de convocação do I Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, a realizar-se de 6 a 9 de abril na cidade de Belo Horizonte, acaba de ser lançado pela Comissão Organizadora a todas as entidades de trabalhadores do Estado. O Congresso resulta de iniciativa das delegacias da CNTI, das Federações, dos Sindicatos e Associações mineiras de trabalhadores e debaterá importantes questões de vital interesse.

No Sindicato dos Mineiros de Morro Velho, uma das maiores e mais acatadas entidades sindicais dos mineiros, de todo o país, realizou-se uma importante assembleia, preparatória do Congresso. A ela compareceu o presidente da Comissão Executiva, o líder sindical Caubido Siqueira, acompanhado de numerosos outros dirigentes sindicais.

### ELEIÇÕES NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ

Em primeira votação, ultrapassando o «quorum» exigido — 771 votantes, num total de 1.106 associados quites — o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil elegeu sua nova diretoria, na segunda semana do mês corrente. Foi eleita a chapa encabeçada pelo sr. João Izidoro Mikoz, constituída por elementos que gozam da confiança da classe, ao contrário da antiga diretoria, que permitiu a existência de um ambiente de corrupção, do que resultou sério prejuízo para o sindicato.

### DEMISSÕES EM MASSA NA INDUSTRIAL TEXTIL DO CEARÁ

Proseguem as demissões em massa nas fábricas de tecidos do Ceará. A média diária, em meados de março, chegava a 40 operários, nas várias empresas têxteis da capital cearense. Alegando que a indústria enfrenta séria crise, em decorrência da retração do mercado, do aumento dos estoques, que rem os patrões diminuir a produção, sendo obrigados a reduzir a mão de obra.

O plano de dispensa de tecidos prevê um total de 1.500 trabalhadores, tendo-se iniciado as demissões com as operárias grávidas, a fim de burlar a lei trabalhista.

O Sindicato dos Têxteis, por intermédio de seu presidente, dirigiu-se energicamente ao Ministério do Trabalho e ao presidente da República, exigindo sua intervenção imediata, no caso da dispensa em massa de operários da fábrica São José, a maior tecelagem de Fortaleza. Depois disso, realizou-se um encontro entre o representante daquele sindicato e o diretor gerente da mencionada fábrica, perante o Delegado Regional do Trabalho.

## SAUDAÇÃO AO C.C. DO P.C.B.

Recebemos com um pedido de publicação:  
"O Comitê de Empresas das Docas saudou o Comitê Central do P.C.B. por ver transcender mais um ano de lutas do Partido pela emancipação política, econômica e social do Brasil.  
Apesar da clandestinidade e das perseguições que tem sofrido o P.C.B., os inimigos do povo ainda não conseguiram acobatar-lhe a bandeira de luta que há trinta e cinco anos foi levantada pelo nosso grande Partido Comunista, que é o partido da classe operária e de todo povo brasileiro.  
Salve o 35º aniversário do nosso Partido!  
Salve o C.C. do P.C.B. e o camarada Prestes!  
Salve o povo brasileiro e a classe operária!  
C. E. Docas".

# I Conferência de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais

**DIVULGADAS IMPORTANTES RESOLUÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA,  
A SITUAÇÃO DOS POSSEIROS, PARCEIROS E ASSALARIADOS**

Acabam de ser divulgados os principais documentos aprovados pela I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, realizada com grande êxito, em novembro passado, na cidade de Belo Horizonte.

Daremos abaixo, de forma resumida, as importantes resoluções aprovadas por cada uma dessas Comissões da Conferência as quais foram encaminhadas ao governador do Estado de Minas Gerais, ao Secretário de Agricultura e ao Presidente da Assembléia Estadual. Uma mensagem especial foi enviada ao Presidente da República.

## COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA

Entre as medidas indicadas figuram: distribuição das terras devolutas do Estado, a quem não possui ou possui pouca terra; venda das melhores terras, próximas das rodovias e ferrovias, ou próximas das cidades, por seu valor histórico, sendo o pagamento realizado em dez prestações anuais; as outras terras deverão ser distribuídas gratuitamente com prioridade de títulos legais aos atuais posseiros e ocupantes; auxílio do Estado aos posseiros: crédito, inseticidas, remédios e máquinas.

Importantes indicações são feitas em relação às terras próximas aos grandes centros consumidores e vias de comunicações, de modo a

tornar obrigatório o seu cultivo. Sobre o arrendamento de terras, propõe a Comissão que ele deverá girar em torno de 20% sobre a produção, através de contrato escrito, de caráter obrigatório.

A assistência ao homem do campo foi considerada como o assunto mais importante, pela Comissão da Reforma Agrária. Nesse sentido, foi indicado a necessidade de crédito a baixos juros e num prazo de no mínimo 3 anos, aos pequenos agricultores.

A criação de postos de máquinas agrícolas, pelo Estado ou pelo Ministério da Agricultura, feita diretamente nas fontes de produção, e para serem cedidas aos pequenos agricultores, foi também aprovada pela Conferência. Além disso, a venda direta de máquinas, pelo governo, aos lavradores e seus órgãos de classe, pelo preço de custo e prazo de 5 anos, para pagamento em prestações anuais.

## COMISSÃO DOS POSSEIROS

Com base em uma tese apresentada pela delegação do município de Tarumirim, intitulada "Direito de posse definitiva de terras ocupadas e cultivadas por posseiros", foram aprovadas pela Conferência, as seguintes indicações: propor à Assembléia Legislativa a criação de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, para investigar a situação das terras devolutas do Estado, exa-

minando os despejos havidos; propor ao governo adotar uma resolução semelhante à do governo goiano, sustentando todo e qualquer despejo, até verificação posterior da Comissão de Inquérito; conchamar os deputados estaduais a apoiarem o projeto de lei do Deputado Hernâni Mala, que regula a questão das terras devolutas; solicitar abertura de inquérito para apurar as violências cometidas contra os posseiros, bem como a sustação das destruições cometidas contra as benfeitorias das posses no Tambú.

## COMISSÃO DOS PARCEIROS

Diante da situação predominante no Estado, do sistema de trabalho por parcela ("meia" e "terça"), a Conferência propôs à Assembléia Estadual a aprovação de uma lei regularizadora de tal sistema, sugerindo algumas questões, que deveriam constar dessa lei: obrigatoriedade do contrato escrito, como documento jurídico válido — desse contrato deveria constar o prazo de arrendamento (nunca inferior a 4 anos); taxa de arrendamento (nunca superior a 20% da colheita); discriminação completa das obrigações das partes contratantes.

## COMISSÃO DOS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

A I Conferência resolveu apresentar emendas ao projeto do Deputado Fernando Ferrari, que estende a legislação trabalhista ao campo, através da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais.

Além disso, resolveu essa Comissão recomendar a todas as entidades de trabalhadores agrícolas — sindicatos e associações — que reclamem do governo o respeito às liberdades democráticas, de organização e de reunião, de locomoção (entrar e sair das fazendas), inviolabilidade do lar e da correspondência. Solicitar a colaboração da Secretaria de Agricultura para a criação das Associações de Lavrad-

## 35º ANIVERSÁRIO DO PCB

Recebemos, com pedido de publicação:

## COMEMORAÇÃO DO COMITÊ FERROVIÁRIO

"Com a presença dos militantes do Comitê, familiares e amigos, comemoramos os 35 anos de vida de nosso glorioso Partido. Foi feita uma palestra sobre a vida do Partido, seguindo-se um debate, do qual participaram todos os presentes. Por proposta de um dos ferroviários foi aprovado por unanimidade o envio de uma mensagem do Comitê Ferroviário ao Comitê Central e ao camarada Prestes, manifestando-lhes solidariedade e apoio. Após a comemoração, foi servida aos presentes uma mesa de bolos e chocolate. No encerramento da solenidade, foram soltados foguetes". 25 de março de 1957 — O Comitê de Empresa Ferroviário.



res; manter intercâmbio com os sindicatos operários; pleitear junto à Delegacia Regional do Trabalho a fiscalização efetiva do cumprimento da lei do salário-mínimo.

## COMISSÃO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS

Uma das importantes questões debatidas na Conferência foi a do financiamento aos produtores. Com o intuito de corrigir os erros e falhas do sistema atual, a Comissão propõe, entre outras, as seguintes medidas: adotar como critério do parcelamento do empréstimo — 50% no ato da assinatura do contrato e os restantes 50% de acordo com as etapas da produção; o Banco deverá levar o dinheiro ao produtor, para que este não seja obrigado a se afastar do trabalho; simplificar o processo do empréstimo, dando melhor orientação aos lavradores, a exemplo do que já foi feito pela Agência do Banco do Brasil, de Belo Horizonte.

## MENSAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Um dos mais expressivos documentos da I Conferência de Lavradores foi a mensagem enviada ao Sr. Juscelino Kubitschek, com a assinatura de 57 deputados estaduais, encabeçados pelo deputado Hernâni Mala, presidente da Comissão Executiva do Movimento pela Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais.

Nessa mensagem, afirmam aqueles parlamentares: "A REFORMA AGRÁRIA é medida de Justiça Social. Ela atende aos anseios de milhões de brasileiros, aos interesses mais representativos da vida econômica e social do país, aos trabalhadores, à indústria e ao comércio.

"Desejamos fatura e felicidade para o nosso povo, progresso para a nossa indústria, agricultura e comércio".

O deputado Hernâni Mala, na sessão de 27 de dezembro de 1956, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pronunciou importante discurso, a respeito da I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, duran-

te o qual fez a leitura da mensagem ao presidente da República, bem como de outros documentos aprovados no conclave.

## Pelo Desarmamento Mundial

O governo japonês prepara-se para iniciar uma campanha a favor do desarmamento mundial. Como primeiro passo desse movimento, pretende o governo nipônico enviar uma missão à Inglaterra, E.E. U.U. e União Soviética, a fim de lançar um apelo pelo desarmamento geral e a conclusão de um acordo entre essas três grandes potências de proibição das experiências com armas nucleares, na base de uma inspeção recíproca de tais armas.

Uma parte destacada do plano japonês consiste no apelo à Grã-Bretanha para cancelar as projetadas experiências com a bomba de hidrogênio, nas Ilhas Christmas.

## EM CRAVINHOS

# Clamorosa Exploração dos Camponeses

CRAVINHOS, (S. P.) — Escreve-nos o leitor Manoel Farias, para denunciar as arbitrariedades a que estão sendo submetidos os trabalhadores do campo, em Cravinhos.

Diz-nos o camponês Manoel Farias: «Através dos Sindicatos rurais da Mogiana e da Alta Mogiana, estamos constantemente em contacto com os trabalhadores: colonos, meeiros, arrendatários, enfim, com todos aqueles que tratam do café e de cereais em toda esta região. Por exemplo, em toda a zona que vai desde Jardínópolis até Ituverava, os colonos, por cada mil pés de café que tratam, recebem Cr\$3.600,00 e o direito de plantar uma «carreira» de feijão ou outro qualquer cereal, entre o cafezal. Porém, de que adianta a plantação desses cereais se a média mensal de salário do colono não dá para nada, nem para comer?

Na fazenda Boenópolis Cravinho, por exemplo, os colonos tratam cada mil pés de café, por Cr\$4.000,00, sem o direito a fazer nenhuma plantação entre o cafezal. Em virtude desta situação, grande número de colonos, meeiros, etc., estão abandonando as

fazendas por não poderem viver com esse salário.

Comigo está acontecendo o seguinte: Em novembro do ano passado, o administrador da Fazenda Santo André, onde trabalho, e da qual é proprietário o sr. Paulo Matarazzo, contratou comigo o tratamento de doze mil pés de café, sob o regime da «meia». Depois de certo tempo, sem me avisar passou a carpir o cafezal, com o intuito de tomar-me o trabalho. Reclamei. Então, o administrador mandou me oferecer mil e quinhentos cruzeiros pelo meu trabalho já feito e pelo meu mantimento (cereais) plantado. Como não aceitei a proposta, me ofereceram dez mil cruzeiros, quando o mantimento que tenho, só de milho dá cerca de 10 carros.

Por aí se vê como agem os grandes fazendeiros para se apoderar do que nos pertence. Depois de colhido, meu mantimento dará mais ou menos 130 mil cruzeiros e minha conta para com a fazenda é apenas de 20 mil cruzeiros. Como não aceitei a transação, mandaram que eu me retirasse da fazenda».

## Teoria e Prática

### O Centralismo Democrático

"Como está estabelecido nos Estatutos do Partido, o centralismo democrático significa centralismo à base da democracia e democracia sob direção centralizada. Ele é tanto democrático como centralizado. Reflete a relação entre a direção e os militantes, entre os organismos superiores e inferiores, entre os membros individuais do Partido e o Partido como todo, entre o Comitê Central do Partido e as organizações do Partido de todos os níveis, por um lado e os militantes de base do Partido, por outro lado.

Por que dizemos que o centralismo do Partido é baseado na democracia? Isto significa que os órgãos dirigentes do Partido são eleitos pelos militantes em base democrática e gozam de sua confiança. Isto significa que as diretivas e resoluções do Partido são centralizadas dos militantes para cima em base democrática, assim como adotadas por eles ou por seus representantes, e depois mantidas e aplicadas tenazmente pela direção juntamente com os militantes. A autoridade de um órgão dirigente do Partido é dada pelos membros do Partido. Por isso ele pode exercer o poder de direção centralizada em nome dos militantes, para tratar de todos os assuntos do Partido, e ter a obediência de suas organizações inferiores e dos militantes do Partido. A lei e a ordem dentro do Partido se baseiam no princípio da submissão do indivíduo à organização, da minoria à maioria, dos organismos inferiores aos organismos superiores, e de todas as organizações do Partido ao Comitê Central. Isto significa que o centralismo do Partido é baseado na democracia, e não separado dela. Não é uma ditadura de indivíduos.

Por que dizemos que a democracia do Partido é democracia sob direção centralizada? Isto significa que toda reunião de Partido deve ser convocada por um órgão dirigente e se realiza sob uma direção. A aprovação de cada resolução ou norma é precedida de completa preparação e cuidadoso exame. Cada eleição é feita com uma lista de nomes cuidadosamente preparada. O Partido como um todo tem um Estatuto único, uma disciplina única que cada membro do Partido deve observar, e um órgão dirigente único, que deve ser obedecido por todos os militantes. Isto significa que a democracia interna do Partido não é democracia sem direção, nem ultra-democracia, nem anarquia dentro do Partido.

O centralismo democrático dentro do Partido é um sistema que une a direção do Partido com as amplas massas de membros do Partido. Em outras palavras, é um sistema que condensa as opiniões dos militantes de base do Partido e as leva aos militantes de base para serem aplicadas decididamente. É uma expressão da linha de massas dentro do Partido".

LIU CHAO TCHI (trecho de "Sobre o Partido", informe ao VII Congresso do Partido Comunista da China)

# O POVO AMAZONENSE PELA PAZ E A SOBERANIA NACIONAL

**MANAUS, Março.** (Do Correspondente) — O povo amazonense, como todos os brasileiros dignos desse título, está fazendo sentir, cada vez mais enérgicamente, sua repulsa ao ato do governo federal que colocou nas mãos dos belicistas lanques um pedaço do nosso solo, ferindo assim a nossa soberania. Protestando contra tal ato, dois abaixo-assinados foram enviados aos deputados federais Manuel Barbuda e Aureo Brangel de Melo, os quais foram assinados por quase quatrocentas pessoas. O documento enviado ao dep. Manuel Barbuda estava assim redigido:

## Descentralização de Poderes na Rumânia

O Birô Político do Comitê Central do Partido Rumeno dos Trabalhadores, acaba de discutir a questão de eliminação do centralismo excessivo e da ampliação dos poderes e das funções dos conselhos populares locais, numa reunião realizada a 14 de março.

O Birô Político julga necessário reduzir ou fundir os órgãos centrais, de modo a possibilitar ao Conselho de Ministros concentrar-se na política estatal.

Tais medidas permitirão melhorar a atividade governamental e reduzir as despesas. Para isso, será apresentada à Grande Assembleia Nacional um projeto de poderes e funções, bem como do âmbito de atividades dos conselhos populares. Tal projeto visa "aumentar a iniciativa e a responsabilidade dos órgãos locais do poder estatal na solução dos problemas econômicos, administrativos, municipais, sociais e culturais".

## VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual ..... 100,00  
Semestral ..... 60,00  
Trimestral ..... 30,00  
Núm. avulso ..... 2,00  
Núm. atrasado ..... 3,00  
Aérea ou sob registro, despesas à parte:  
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte ..... 2,00  
Goiás e interior de Amazonas e Territórios ..... 4,00  
Outros Estados ..... 3,00  
M. Gerais ..... 2,50

SUCURSAIS:

SAO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).

JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

ros, responsáveis pelos destinos de nossa pátria, vimos apelar a V. Excia. para em nosso nome protestar contra a entrega de parte do nosso território aos colonialistas lanques, para a instalação de bases guerreiras.

V. Excia. concordará que não desejamos um absurdo, mas tão somente cumprir o dever de salvaguardar nossa soberania, nossas riquezas e o direito de viver em paz com todos os povos do mundo.

Atravessamos uma situação difícil, com falta de alimentação, residência e transporte que, com a cessão da ilha de Fernando de Noronha pelo Poder Executivo, só poderá se agravar ainda mais.

O abaixo-assinado enviado ao deputado Aureo de Melo, dizia o seguinte:

«Os signatários, que vêm em V. Excia. um legítimo representante do povo amazonense nesse parlamento, solicitam seja o intérprete do nosso protesto contra a cessão do Território de Fernando de Noronha ao governo americano.

V. Excia. não ignora os objetivos guerreiros da instala-

## INCENTIVO À LUTA CONTRA O "AJUSTE"

JOAO PESSOA (Do correspondente) — Do bairro do Mandacaru, desta capital, foi enviado ao deputado Rafael Correia de Oliveira um abaixo-assinado com 37 assinaturas, solicitando daquele parlamentar paraibano, sua participação, na Câmara Federal, na luta contra a entrega de Fernando de Noronha ao governo norte-americano, pelo governo do sr. Juscelino Kubitschek.

Pedido idêntico foi enviado ao deputado Fernando Ferrari, dos bairros de Cruz das Armas e Torre, contendo dezenas de assinaturas.

## RECLAMAM CENTENAS DE PESSOAS, ATRAVÉS DE ABAIXO-ASSINADOS AOS DEPUTADOS AUREO MELLO E MANUEL BARBUDA

## "FORA BRIGGS" ESCRIVE O POVO AMAZONENSE NOS MUROS DA CIDADE DE MANAUS

Uma guerra de consequências imprevisíveis, em defesa, não de nossa soberania

ou independência mas dos trustes internacionais inimigos dos povos.

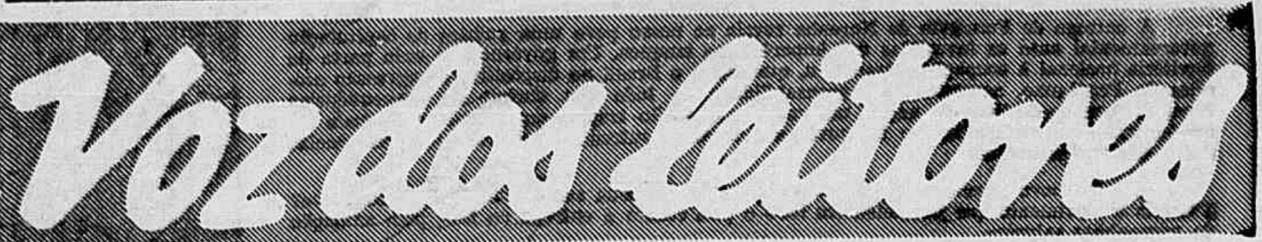
Somos um povo pacífico e desejamos viver em paz com os demais povos do mundo, em benefício de nosso progresso e independência.

«FORA BRIGGS»

Os trustes norte-americanos, como é sabido por todos, têm em suas garras e fazem para se apoderar do petróleo amazonense, e das

imensas riquezas conhecidas e desconhecidas ainda existentes no vale amazônico. A visita do embaixador norte-americano mr. Briggs, ao Amapá, é vista pelo povo de vale amazônico como uma ameaça e séria afronta aos seus sentimentos patrióticos.

Já se anuncia a visita a Manaus de mr. Briggs. Ante tão indesejável visita, os patriotas da capital do Amazonas já escreveram pelos muros e paredes: «Fora Briggs»



# UM "AJUSTE" AMEAÇADOR

## IMPORTANTE CONFERÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DA PARAIBA CONTRA O IMPATRIÓTICO «AJUSTE» DE FERNANDO DE NORONHA

JOAO PESSOA (Do nosso correspondente, Anastácio de Assunção) — Sob os auspícios da Vanguarda Estudantil da Paraíba, realizou-se nesta capital, na noite do dia 16 do corrente, uma grande conferência no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba. Foi convidado para proferir o deputado Jacob Frantz, líder da bancada da UDN na Assembleia Legislativa do Estado.

Compareceram à Conferência parlamentares, professores, universitários, jornalistas, trabalhadores, enfim pessoas das mais diversas posições sociais e das mais diversas filiações partidárias. O governador do Estado fez-se representar por intermédio do dr. Joacil de Brito Pereira, secretário do governo. Compareceram o dr. Egidio Madruga, oficial de gabinete do governador e o capitão Clodoaldo Fonseca ajudante de ordens do governador.

### A CONFERÊNCIA

O deputado Jacob Brantz falou em torno da cessão da Ilha de Fernando de Noronha, mostrando o perigo que representa a entrega daquele território aos americanos.

O parlamentar fez circunstanciada exposição a respeito do "ajuste", mostrando o atentado que o mesmo representa para a segurança do nosso país além de se demorar em deta-

lhada análise sobre a inconstitucionalidade da medida.

Considerou o "ajuste" como ameaçador, tendo em vista a permanência de tropas estrangeiras na Ilha de Fernando de Noronha, o que constitui, evidentemente, verdadeiro atentado contra o Brasil.

Após o encerramento da conferência, o presidente da ses-

são franqueou a palavra, tendo recebido o deputado Jacob Frantz, diversos apertes das pessoas presentes, que reforçaram a tese sustentada pelo orador, abordando, sobretudo, a ação nefasta dos trustes.

Em resposta a um dos apertes, o conferencista asseverou que nenhum país está ameaçado do Brasil.

## LIVRARIA INDEPENDÊNCIA

	CR.\$
F. Engels -- Anti-Duhring (castelhano) .....	210,00
Souvenirs Sur Lénine .....	132,00
G. H. Bousquet-Adam Smith ....	140,00
Henri Mougín -- La Sainte Famille Existencialiste .....	50,00
G. Plekhânov -- Les Questions Fondamentales du Marxisme ....	88,00
K. Marx, F. Engels -- Etudes Philosophiques .....	55,00
F. Engels: El Origen de la Familia la propiedad privada y el Estado .....	80,00
V. Lenin -- El Estado y la Revolución .....	60,00
F. Engels -- Ludwig Feuerbach y el fin de la Filosofia Classica Alemana .....	60,00
Henri Claude -- Les Monopoles Contre la Nation .....	198,00
Jean Romeuf -- Dictionnaire des Sciences Economiques .....	528,00
Israel Epstein -- From Opium War To Liberation .....	100,00
Teng Tse-Houei -- Rappor Sur le Plan D'amenagement Complet du Fleuve Jaune et de mise en Valeur de ses Ressources hydrauliques .....	80,00
Constitution of the Peoples Republic of China .....	80,00
Mao Tse-Tung -- La Democratie Nouvelle .....	80,00
Aristóteles Moura -- O Dólar no Brasil .....	250,00
K. Marx, F. Engels -- Obras Escolhidas -- 1º vol. ....	90,00

RUA DO CARMO, 38 — SOBRELOJA

TELEFONE 52-3483

## CAMPINA GRANDE

# Problemas Que Exigem Solução

**Illegalidades na Auto-  
viária «Rainha da  
Borborema» -- Aban-  
donado o trecho ferro-  
viário -- O prefeito não  
paga o salário-mínimo  
-- Invasão das águas  
do «Boqueirão»**

## ABANDONADO O TRECHO FERROVIÁRIO

RFN e DNEF, o presidente Kubitschek inaugurou o trecho ferroviário de Campina Grande-Joazeirinho em 16 de janeiro e até esta data continua abandonado, sem correr trem, sentindo as populações do interior a necessidade do mesmo, mormente na época do inverno quando as estradas se transformam em lamaçais. O referido trecho custou 250 milhões de cruzeiros, conforme dados oficiais fornecidos por aqueles dirigentes da

## O PREFEITO NAO PAGA O SALÁRIO-MÍNIMO

O prefeito municipal não paga o salário-mínimo aos funcionários da limpeza pública. Ordena o pagamento de Cr\$32,00 por dia, e, ainda, sem o repouso remunerado, resultando disto a maior miséria entre os mesmos no trajar e no seio de suas famílias.

## INVASAO DAS AGUAS DO "BOQUEIRAO"

Sem que fosse tomada nenhuma providência para indenização e consequente retirada de casas das margens do açude "Boqueirão", agora com as constantes chuvas naquela região houve a invasão das águas em casas de pequenos agricultores e destruição de plantios. Tudo isso porque, sem a devida indenização, não podem os pequenos proprietários mudar-se e continuar a lavar a terra para não serem obrigados a vir pedir esmolas nas cidades mais próximas. No entanto, grandes proprietários receberam suas indenizações em preços elevados enquanto outros esperam seus pagamentos, sofrendo as injunções da natureza.

# PLANEJADOS NOVOS ASSALTOS CONTRA A ECONOMIA NACIONAL

**INCENTIVADOS PELA CAPITULAÇÃO DO GOVERNO PREPARAM OS IANQUES NOVO ATAQUE À PETROBRÁS — ANUNCIADOS NOVOS CONVÊNIOS ATÔMICOS — PROPOSTAS DE COMPRA DA VALE DO RIO DOCE E DA ACESITA — O POVO BRASILEIRO DERROTARÁ A POLÍTICA DE CAPITULAÇÃO DO GOVERNO**

A entrega de Fernando de Noronha revela ao nosso povo uma política de capitulação governamental ante as investidas dos imperialistas ianques. Um governo que cede parte do território nacional à ocupação estrangeira, que inclui o Brasil no dispositivo de agressão atômica do Pentágono, assumindo a responsabilidade de todo um cortejo de consequências funestas para os destinos da nação, um governo que não trepida em sacrificar os mais sagrados interesses nacionais, um tal governo é capaz de outras rendições frente às exigências dos monopolistas ianques.

Cabe ao povo brasileiro, profundamente ferido em seus sentimentos patrióticos, levar à vitória o movimento que já iniciou em todo o país contra a entrega da ilha, pela anulação do vergonhoso «ajuste».

A ação conjugada de todas as forças nacionais impedirá não somente se consuma aquela capitulação, mas constituirá barreira intransponível aos ataques subsequentes, já em elaboração, dos mortais inimigos do nosso povo. Multiplicam-se os indícios dessas novas investidas contra os mais importantes setores da economia nacional.

## PETROBRÁS

A 28 de abril do ano passado, com apenas três meses de posse do Sr. Juscelino Kubitschek, a «Mc Graw-Hill American Letter» publicava o seguinte: «Especialistas em petróleo, dos Estados Unidos, acreditam que o Presidente Kubitschek está abrindo caminho para a utilização futura de investimentos americanos no desenvolvimento do petróleo brasileiro. Economistas de alto nível asseguram que as recentes declarações de Kubitschek ao Congresso são uma indicação da mudança de orientação. Os investimentos de capitais para o mais rápido desenvolvimento da indústria de petróleo são encarados aqui (nos EE. UU.) como a mais urgente necessidade para o Brasil manter as trocas externas. Os pontos de vista dos Estados Unidos são corroborados pelos mais categorizados economistas brasileiros. Um elemento bem conhecido do governo brasileiro disse à «American Letter» que «as companhias estrangeiras de petróleo seriam chamadas a trabalhar juntamente com a Petrobrás». Esse mesmo elemento assegurou também, recentemente, que seriam executadas medidas para que o Brasil assim o fizesse, anulando-se a influência «vermelha». O consenso é de que a Petrobrás não será modificada. Mas forma-se a opinião de que o Brasil caminhará para uma política de concessões por contrato». O Coronel Janari Nunes, presidente da Petrobrás, terá suas recomendações em junho.»

Como em todas as combinações lesivas do interesse nacional, vinha-nos de uma publicação norte-americana a primeira informação acerca da nova investida contra o nosso petróleo. Para contornar os obstáculos decorrentes do grandioso movimento popular que lançou os fundamentos da «Petrobrás», nova tática era adotada, de manutenção da empresa estatal e de concessões mediante contratos por ela firmados.

Assinada a capitulação de Fernando de Noronha, uma campanha da imprensa entreguista, liderada pelo «Correio da Manhã», foi desfechada contra o presidente da Petrobrás, Sr. Janari Nunes, que estaria resistindo à nova modalidade de «concessões mediante contratos». Ao mesmo tempo surgia na Câmara um novo projeto de um velho entreguista, o deputado Adolfo Gentil, regulando a par-

ticipação de empresas particulares (em consequência, dos «trustes») na exploração de 49% de nossas áreas petrolíferas, reservados à «Petrobrás» os restantes 51%.

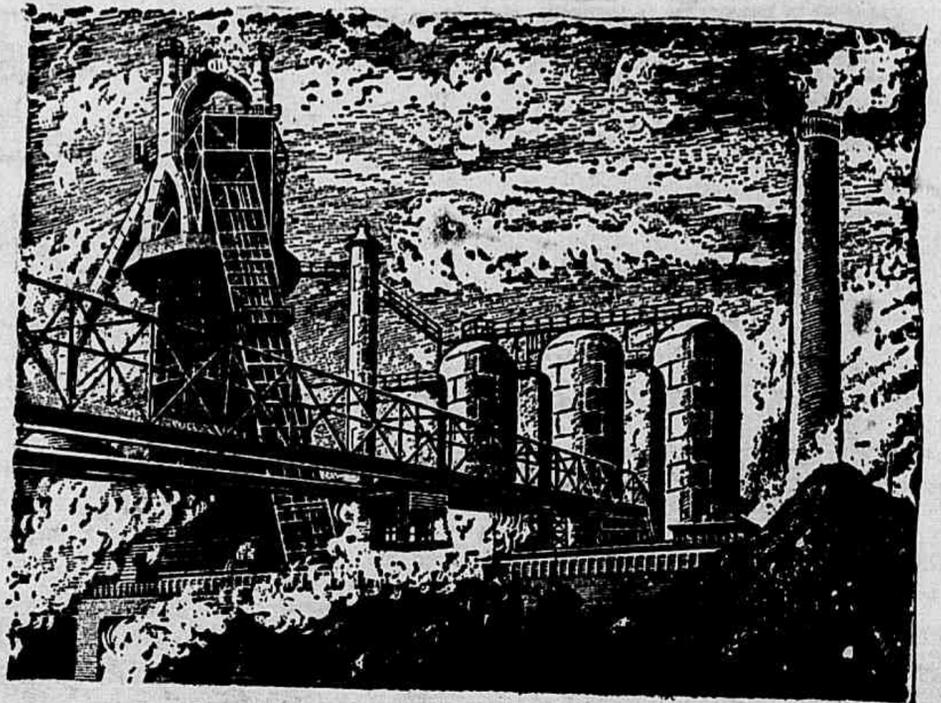
Tais são os novos aspectos do assalto ao nosso petróleo, que nos cumpre deter e derrotar. Essa investida surge quando são revelados os magníficos resultados financeiros da «Petrobrás», totalizando cerca de dois bilhões de cruzeiros de lucro líquido para o ano de 1956, com uma produção de óleo de 25.500 barris diários, uma refinação de 80% das necessidades nacionais e com um ritmo crescente de perfurações que atingiram a quase 30.000 metros no ano de 1956. Ao mesmo tempo é revelada a excelência do óleo recolhido no poço da ilha de Maracá, no Amazonas, com aproximadamente 40% de gasolina, 15% de querosene e 20% de diesel, o que transforma em realidade a velha afirmativa de nossos geólogos de que a bacia amazônica era um vasto mar de petróleo, o mais extenso e rico lençol de óleo do mundo.

## MINÉRIOS ATÔMICOS

A vitória do povo brasileiro, consubstanciada nas «Diretrizes do Conselho de Segurança Nacional para a Política da Energia Nuclear», de 31 de agosto de 1956, veio pôr um parapeito à pilhagem de nossos minérios atômicos. A luta foi árdua, em congressos e comícios, na imprensa e no parlamento, nas assembleias das organizações sindicais, estudantis e populares. A Comissão Parlamentar de Inquérito investigou e revelou à nação todos os odiosos convênios e tratados dos governos anteriores, e seus agentes, que tornaram possível a irreparável perda de uma quantidade de energia equivalente a 30 milhões de toneladas de carvão.

Por força de um convênio em que nos obrigávamos a exportar 7.500 toneladas de concentrados de monazita em 3 anos, chegamos a exportar 15.000 toneladas em apenas um ano. Ao invés de recebermos as chamadas «compensações», ou seja, aparelhagem atômica e assistência técnica, objeto do convênio, recebemos trigo americano que apodrecia nos depósitos dos excedentes agrícolas.

Foram publicados os convênios secretos, revelado o saque, afinal proibida a exporta-



Usina Siderúrgica de Volta Redonda

ção, o que constituiu histórica vitória de nosso povo.

Aberta a brecha da capitulação governamental, no caso de Fernando de Noronha, surgem as declarações em Washington do embaixador Amaral Peixoto, que anuncia novos entendimentos sobre minérios atômicos entre ambos os governos. A revista «Nucleonics» transcreve declarações de alto funcionário brasileiro, cujo nome não indica: «Se os E.U.A. pudessem nos enviar alguns professores ou instrutores, de alta categoria, e equipamentos para um centro regional de pesquisas no Brasil, os brasileiros teriam alguma coisa com que se preocupar em vez de ficar falando da política de uma questão que não conhecemos». Coincidindo com tais notícias vemos a Comissão de Energia Nuclear impossibilitada de qualquer empreendimento por falta de recursos, esquecido na Câmara dos Deputados um solitário projeto de concessão de crédito para aquisição de materiais atômicos.

Está cada vez mais evidente que são necessárias novas lutas para tornar efetiva a vitória alcançada por nosso povo com as Diretrizes da política atômica.

## TAMBÉM O FERRO

Três meses após as revelações da «Mac Graw Letter» sobre o nosso petróleo, em julho do ano passado, uma publicação norte-americana congênere, a «Hanson's Latin American Letter» noticiava, em seu n. 581, com luxo de detalhes, a conclusão de um acordo, entre o governo brasileiro e o grupo Rockefeller, para a exploração de nossas jazidas de ferro com uma extração de 10 milhões de toneladas por ano. Segundo tal publicação, o acordo com Rockefeller seria ponto de partida para acordos ulteriores sobre petróleo que, por sua vez, seriam condição indispensável ao assentimento do governo americano para a estabilização dos preços do café, pleiteada pelo governo brasileiro.

Confirmando tudo surgem agora as propostas do grupo Rockefeller para compra da Vale do Rio Doce e da Acesita, que daria ao poderoso cartel uma posição análoga à que detém na Venezuela, onde já está extraindo cerca de 10.000 toneladas de ferro.

Eis aí como os «círculos autorizados» norte-americanos contam a história da meta de 10 milhões de toneladas a que se pro-

põe alcançar o Sr. Juscelino Kubitschek durante o seu governo.

A Cia. Vale do Rio Doce está em franco rendimento. Tendo procurado o mercado europeu, quebrou o monopólio de compra dos americanos e no ano de 1956 obteve os seguintes resultados:

Exportação para os EE.UU. — 1.005.940 toneladas.

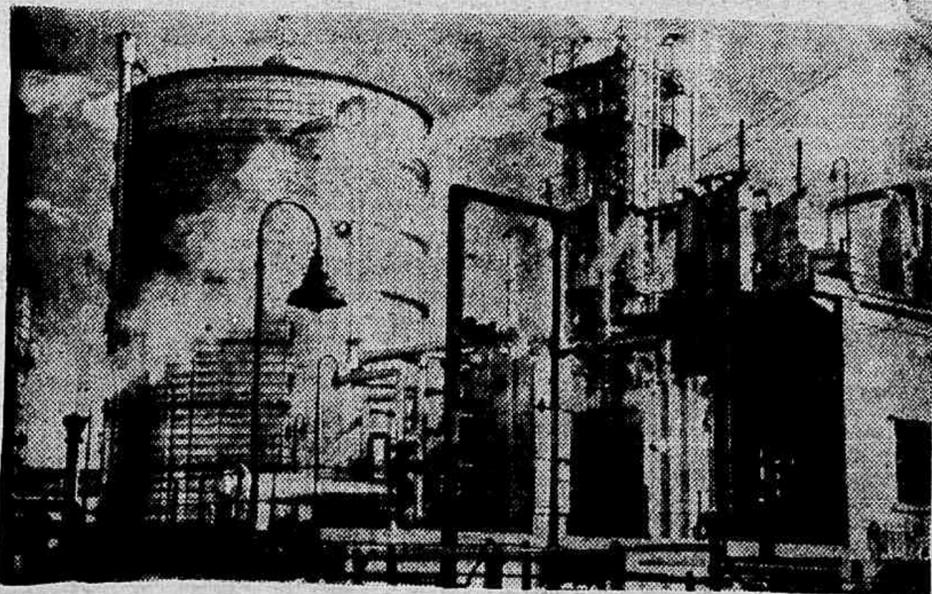
Exportação para a Europa — 1.226.795 toneladas.

Importantes compradores, como a Tcheco-Eslováquia (200.000) a Polônia (85.000) e Japão (10.000) pretendem aumentar suas importações, que poderão fazer da Europa e Ásia os melhores mercados para o nosso ferro. Com uma antecipação de 12 anos a empresa liquidou o empréstimo de 25 milhões de dólares do Eximbank. Nosso minério, com um teor de 68% de ferro, encontra colocação em toda a parte, podendo ser empregado diretamente nos fornos de aço. De 20 milhões de dólares anuais poderá o ferro proporcionar, em pouco tempo, mais de 100 milhões em divisas. A empresa é proprietária da rica jazida de Itabira, o inexgotável Pico do Cauê.

Também a Acesita, de que é principal acionista o Banco do Brasil, está em franco desenvolvimento, integrada no sistema de Volta Redonda. Seu programa imediato visa atingir a produção de 100.000 toneladas anuais de aços finos.

A investida contra a Acesita faz voltar à ordem do dia dos debates patrióticos a ameaça a Volta Redonda, repelida recentemente quando anunciadas as negociações que estariam em curso com a Bethlehem Steel. Foi enérgica a repulsa, de âmbito nacional. Estava reunida a Conferência Nacional de Metalúrgicos, em Volta Redonda e, em nome de 50 sindicatos e 200.000 metalúrgicos de todo o país, fez saber que estes não permitiriam a venda de Volta Redonda e defenderiam, à frente de nosso povo, este patrimônio nacional.

Devemos ainda lembrar, ante essa investida ao nosso ferro, a recente venda das ações da St. John del Rey Mining Co. (Morro Velho), na bolsa de Londres, para um grupo norte-americano que assumiu o controle da empresa. Isso porque, além da mina de ouro, a empresa é proprietária de várias jazidas de ferro inexploradas, inclusive as de Itabira.



Vista parcial da Refinaria de Cubatão, S. Paulo

Está, sem dúvida, nosso povo frente a uma ofensiva multilateral desencadeada por seus inimigos mortais, os imperialistas ianques, dentro do quadro de agravamento da tensão internacional que provocaram desde suas frustradas agressões ao Egito e à Hungria. Repelidos em toda a parte pelos invencíveis movimentos de libertação nacional, sempre crescentes, de todos os povos submetidos ao seu jugo, só-lo-ão inevitavelmente pela junção da mobilização e ação unida de todos os brasileiros, apesar da capitulação governamental no caso de Fernando de Noronha e das manobras e conlulos em andamento.

As experiências das gloriosas jornadas de defesa de nosso petróleo, que derrotaram e fizeram recuar quatro governos, a luta magnífica contra a entrega dos minérios atômicos, a resposta potente às investidas contra Volta Redonda, o sentimento nacional e o ardor patriótico de nossa classe operária e de todo o nosso povo, a união crescente de todas as forças vivas da nação, na atual campanha pela anulação da entrega de Fernando de Noronha, — tudo isso é penhor seguro de que nosso povo é invencível nas lutas pela independência nacional e contra a sua determinação serão impotentes os atuais ataques.